

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, Adroaldo Moura da. Adroaldo Moura da Silva (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 18min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Adroaldo Moura da Silva
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Izabel Saenger Nuñez; Paulo Augusto Franco de Alcântara;

Levantamento de dados: Clara Leitão de Almeida; Yasmin Curzi;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Clara Leitão de Almeida; Yasmin Curzi;

Técnico de gravação: João Paulo Pugin Silva;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 01/12/2017 a 01/12/2017

Duração: 2h 18min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral da Comissão de Valores Mobiliários”, desenvolvido pela FGV Direito Rio, com o acompanhamento e em parceria com o CPDOC e financiamento da Presidência da FGV, entre junho de 2017 e outubro de 2018, com o objetivo de construir um acervo audiovisual de entrevistas sobre a fundação da instituição e seu funcionamento nos primeiros anos.

Temas: Anos 1980; Assuntos familiares; Banco do Brasil; Crises econômicas; Estados Unidos da América; Família; Formação profissional; Francisco Dornelles; Fundação Ford; Magistério; Mário Bulhões Pedreira; Mercado de capitais; Mercado financeiro; Petrobras; Política econômica; Pós - graduação; São Paulo; United States Agency for International Development; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 1 de dezembro 2017 Trajetória; Origem familiar; Saída de Manaus; Origem familiar; Chegada em São Paulo; Entrada na faculdade e conhecendo a esposa; Relação com Delfim Netto; Pós-graduação, programa Ford-USAid e doutorado em Chicago; Relações na USP durante a faculdade; Influências intelectuais; Retorno para a USP, como professor; Trabalho no IPE; Crise dos anos 1980 e Delfim Netto; Consultoria para a Bolsa, relações com Unibanco e a CVM; Bulhões Pedreira, a Lei das SA e entrada na CVM; Crise com a Petrobras, indicação para a CVM e relação com Francisco Dornelles; Afastamento da vida acadêmica e entrada no mercado privado; Primeiras impressões na CVM e relações com o BACEN; Crise com a Petrobras; Importância da regulação para o mercado de capitais; Estruturação do “Conselhinho” e o Tribunal da CVM; Experiências marcantes na CVM; Tentativas de corrigir e fortalecer a estrutura da CVM; o caso da BM&F; Saída da CVM; A crise dos anos 1980; Passagem no Banco do Brasil; Decepção com a política econômica brasileira.

Entrevista: 1º de dezembro de 2017

Izabel Nuñez. – Bom, hoje é dia primeiro de dezembro de 2017. A gente está no âmbito do projeto “História oral da CVM”. Vamos entrevistar o doutor Adroaldo Moura da Silva, quarto presidente da CVM. Eu, Izabel Nuñez, Paulo Augusto Franco e João Pugin fazendo o registro das imagens. Bom, doutor Adroaldo, então vamos lá. Vamos começar.

Adroaldo Moura da Silva – Vamos começar. Boa tarde.

I.N. – Boa tarde. A primeira pergunta que a gente começa, que aliás é uma coisa interessante, que como os presidentes da CVM normalmente vêm do mundo privado, é difícil encontrar informações públicas sobre vocês. Então um pouco onde que o senhor nasceu, em que ano o senhor nasceu...

A.S. – Ah, não posso dizer. [risos] Não, eu nasci no interior do Amazonas, perto de Manaus, e hoje Manaus. Em setembro de 1941, durante a guerra. Estudei no Colégio Dom Bosco, colégio salesiano, de padre. Odiei os padres. Migrei para o Colégio Dom Pedro no então científico, em Manaus. Vim para São Paulo no começo dos anos 1960 para estudar Economia.

I.N. – Que ano o senhor chegou em São Paulo?

A.S. – Sessenta e dois, eu acho. Entrei na USP, fiz Economia. Fiz pós-graduação em Economia, no que hoje é a FIPE1. Então era o IPE. Em 1968 eu fui para a Universidade de Chicago para fazer o meu PhD. Em 1972 voltei ao Brasil, me reintegrei na USP como professor, onde fiz a minha carreira acadêmica até professor titular.

I.N. – Eu queria voltar um pouquinho nessas...

A.S. – Eu dei uma pincelada rápida. Agora você pode entrar.

Paulo Augusto Franco – Trabalhando nos meandros. Eu acho que seria interessante que o senhor nos dissesse um pouquinho da vinda do senhor de Manaus a São Paulo para estudar. Como foi esse momento? Como foi a escolha pelo curso de economia e como foi o processo de escolher economia em São Paulo, na USP.

I.N. – Eu queria voltar um pouquinho mais que isso até. O que seus pais, o que eles faziam? Qual era a história da sua família?

1 Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

A.S. – Era isso que eu ia elaborar. O problema é o seguinte: quando eu olho retrospectivamente, nem gosto muito de lembrar, a minha vida é um conjunto de acidentes positivos. Quer dizer, o Estado do Amazonas era um estado, até o começo dos anos 1970, totalmente isolado do Brasil. A única comunicação era aérea e a aviação civil nos anos 1940, 1950, 1960, você pode imaginar a qualidade. Não era das melhores. Eu fui educado em Manaus. É uma cidade de 100 mil habitantes ou menos, talvez, com carências momescas, de infraestrutura urbana, ou seja, de água... eu lembro de falta d'água dia sim, dia não, falta de energia elétrica. Quer dizer, não tinha acesso à televisão. Nunca tinha visto, até sair de Manaus, uma televisão de “visio”, ouvia de notícia...

I.N. – E as notícias chegavam pelo rádio.

A.S. – As notícias chegavam pelo rádio. Era uma cidade meio fantasma, eu diria, no Brasil. Muito isolada, etc. E o meu pai era um daqueles pioneiros dos rios. Nós tínhamos um seringal chamado Arapixi, no rio Purus, que a gente fazia o escambo lá entre castanha, borracha e produtos de primeira necessidade para a região, e exportávamos junto com a família Sabbá, que então era a dona do estado, que foi quem instaurou na cidade de Manaus a refinaria que está até hoje lá. A refinaria que era uma refinaria privada então. Então o meu pai era um cidadão sem muita educação formal, mas tinha uma visão do mundo muito interessante e ele tinha uma admiração surpreendentemente por um cidadão chamado de Stevenson², que era um senador, se eu não me engano, democrata, do estado de Illinois, nos Estados Unidos. Ele sempre achava que eu deveria estudar economia e ele acreditava que esse tal de Stevenson houvera estudado economia também. E eu sempre tive na cabeça essa coisa da economia. Ele sempre disse: “Você vai para São Paulo, depois vai para os Estados Unidos”. Eu nunca acreditei. Eu era um vagabundo completo. Mal passei nos meus exames de científico. [riso] Mas de qualquer modo ele, pessoalmente, fisicamente, me trouxe pelo braço. Pegamos o avião em Manaus, descemos em Brasília para conhecer os primeiros dias de Brasília. Lembro que era um lamaçal só. De lá para cá, para São Paulo, ele me deixou em uma pensão na Rua Traipu, aqui em São Paulo. E cá eu fiquei para fazer o vestibular. Mas eu fiz economia, portanto, por conta do meu pai. Meu pai era um cara fantástico.

I.N. – E a sua mãe? O senhor tinha irmãos?

² Adlai Stevenson II, ex-governador de Illinois.

A.S. – Não, tinha uma irmã. Uma irmã que... É aquela coisa. Você imagina. Manaus, minha filha, nos anos 1950. Eu saí de lá praticamente nos anos 1950 do século passado. O homem era... Eu era o tal. Meu pai tinha muito orgulho da filha e do filho, mas o filho era o menino dos olhos do velho.

I.N. – E a sua irmã ficou em Manaus com a sua família?

A.S. – Minha irmã ficou em Manaus, estudou. Minha irmã não fez curso superior. Casou, tem três filhos lá, até hoje.

I.N. – Continuaram em Manaus.

A.S. – Continuou em Manaus. Minha mãe continuou lá. Minha mãe, por sinal, faleceu mês passado lá, com 98 anos. Minha irmã mora até hoje lá. Meus sobrinhos e sobrinho neto aos montes que ela tinha lá.

I.N. – E o seringal?

A.S. – O seringal existe no nome. Existe no nome. Os anos 1960 foram anos muito cruéis para o Brasil. Tanto quanto os 1980, dos quais vamos falar. E uma crise muito séria. Você deve conhecer a história do Jango, do Jânio, etc., blá, blá, blá, revolução. E naquele período uma crise muito severa, particularmente com preço e dólar. Você lembra que houve uma desvalorização do Jânio, etc. E o seringal, *went astray*³, como dizem os gringos. E o meu pai vendeu. Mas sempre foi uma coisa que nos anos 1960... Aí ele mudou de... Quando eu vim para São Paulo ele largou o seringal e ficou só com o comércio em Manaus, que era a base de tudo. Um comércio que até a morte dele, ele manteve.

I.N. – Comércio de que?

A.S. – Comércio dos mais variados. Atacado, vai. Tipo um atacado dos idos dos anos 1960, do século passado. Meu pai era um cidadão sem educação formal, mas muito esperto. Muito safo.

I.N. – E eles chegaram em Manaus como? Quando?

A.S. – Meus pais? Meu pai nasceu no Juruá. Você sabe onde é o Juruá? Duvido.

I.N. – Você sabe, Guto?

A.S. – Também não. Você vai olhar o mapa, você vai ver que ele está lá perto do rio Purus, no Amazonas. É interessante, porque a minha mãe era meio indígena e meu pai era meio europeu. Ele era um branco, minha mãe meio indígena e eu saí desse jeito misturado. As duas famílias do Nordeste. Migraram para Manaus no *boom* da borracha, no final do século XIX, começo do

³ Expressão da língua inglesa que pode significar “perder”, “desgarrar-se” no sentido de má gestão ou governança.

século XX. Naquilo que o Celso Furtado chama no capítulo do livro dele de “transumância amazônica”. E depois foram para Manaus no *boom* da borracha. Quer dizer, eu sou um acidente histórico. Quem nasceu em 1941 no interior do Amazonas, sem hospital, sem auxílio médico, por mais recursos que tivesse, e sobreviveu a essa situação, ido para Manaus, isolado até os anos 1960, 1970, estudado em Manaus até praticamente os 20 anos de idade e sobreviveu à intempérie econômica, política e social, é um sobrevivente e eu sou um deles.

P.F. – Tem uma coisa interessante aí, porque Manaus ao mesmo tempo em que tem essa dimensão do isolamento, que o senhor começou falando, um lugar isolado e tal, mas também um lugar de uma pujança de comércio, de trocas e de trânsito não de pessoas, mas de muitas coisas.

A.S. – A exemplo de...

P.F. – Sempre comércio, não é?

A.S. – Sempre foi comércio. A indústria veio para Manaus nos anos 1980, 1970. Final de 1970, 1980, com a chamada Zona Franca de Manaus, que começou com o comércio também. Mas era muito isolada de fato, como é ainda um pouco hoje. O parque industrial hoje lá instalado, não fosse pelos subsídios generosos tributários, ele não existiria, pelo isolamento físico, distância.

P.F. – Eu estou pensando aqui, lembrando um pouco da obra do Milton Hatoum, falando muito sobre comércio.

A.S. – Não, mas aquilo é um comércio primitivo. É o comércio do meu pai. Eu li o livro dele. *Os Dois Irmãos*, por exemplo, lembra muito. A rua dos bares, aquelas ruas. Eu fiz farra naquelas ruas. O livro do Milton Hatoum é muito interessante. Inclusive os contos dele, que é o outro, que ele fala do seringal, lembra muito a imagem. Só que eu acho que o seringal da família dele ou dos protagonistas dos contos está ali mais para o Baixo Amazonas e não para o Solimões. Mas lembra muito. Mas aquilo é muito primitivo, compadre. Você não sabe. Não há hoje exemplo de uma cidade tão isolada no Brasil quanto era Manaus nos anos 1950 e 1960. Porque as comunicações não existiam. Telefone nem pensar. Inter-regional ou interestadual. Mal funcionava local. A única comunicação com o resto do mundo era por rio e era caríssimo. A viagem, você ter... Ou os barcos regionais que eram muito primitivos e precários, como são até hoje. Você imagina o nível de segurança naqueles barcos. Nós tínhamos uma frota de barcos, porque meu pai fazia o comércio do seringal. Nós descíamos, subíamos o rio Solimões e subíamos o rio Purus. Pegávamos as castanhas e borracha, levava a mercadoria, descia, vendia

no porto de Manaus. Então eu conheço, tem até uma embarcação com meu nome, “Adroaldo”. Até hoje está lá. Mas era um comércio muito primitivo. O isolamento era brutal, cruel. Eu acho que mesmo uma cidade hoje como Tabatinga, que está lá na fronteira do inferno da pedra, não é tão isolada, hoje, quanto Manaus era então. Agora você lembrou bem. O Milton Hatoum é uma boa leitura. Ele está fazendo agora uma série.

P.F. – Um novo livro dele, que eu estou muito curioso para ler. Está aí já em Brasília. E aí, então, o senhor vem de Manaus, desse isolamento, desse mercado primitivo e vem chegar em São Paulo.

A.S. – Chegar em São Paulo.

I.N. – Como foi?

P.F. – São Paulo de 1962.

A.S. – Que também era um outro mundo. Quer dizer, eu fiquei estarecido. Desde os vícios de linguagem à televisão, para mim foi um mundo totalmente estranho, inusitado. E eu fui morar em uma pensão. Eu fui morar na Rua Traipu, não vou esquecer, naturalmente. Em uma pensão.

I.N. – Eu não conheço São Paulo direito. Fica no centro?

A.S. – Não, fica um pouco ali em... Perdizes, junto com o Pacaembu. É uma transição entre Pacaembu e Perdizes. Eu fiquei em uma pensão alguns meses lá. Depois mudei para uma outra, na casa de um primo meu, que dava pensão para estudantes e outras coisas. Aí piorou muito, porque eu saí de um lugar relativamente decente e educado para o meio de um bordel, que era... Como é que era? Frei Caneca? Não. Tem a Frei Caneca. Rua Paim. A Rua Paim, ela sai ali da Nove de Julho e vai até a Frei Caneca. Tem o Teatro Maria Della Costa e aquilo era um verdadeiro puteiro, *to say at least*.⁴ E morei lá alguns meses. Comecei a fazer o cursinho Visconde de Cairu, que era me adaptando à cidade. Tive dificuldade. Não passei no primeiro vestibular que fiz, porque não estava nem acostumado à cidade. Aí fui morar na Rua Conselheiro Dantas, em um lugar mais afastado, mais civilizado e aí eu passei no vestibular. [riso] Foi quando eu conheci a mulher que viria a ser minha esposa e é esposa até hoje.

I.N. – Em que ano o senhor conheceu a sua esposa?

A.S. – Eu acho que foi em 1962, 1963. Sessenta e três. Aí eu passei no vestibular, entrei na faculdade. Virei um caxias inveterado. Fui muito bom aluno, eu acho, pelos prêmios que eu

⁴ Expressão em inglês que pode ser traduzida como “para dizer o mínimo”.

ganhei. Ganhei um pouco de tudo, virei professor de história do cursinho Visconde de Cairu, onde eu houvera estudado.

I.N. – O senhor trabalhava enquanto fazia o curso de economia?

A.S. – Mas meu pai me sustentava. Eu sempre fui folgado. [riso] Mas gostava, eu dava aula. Era uma coisa até de charme para as garotas. Você ser o professor do cursinho era...

I.N. – Foi no cursinho que o senhor conheceu sua esposa?

A.S. – Não. Foi no... É tudo inusitado na minha vida. Me convidaram um dia para ir a um baile de formatura. Tinha aquela história, baile de formatura, arrecadar dinheiro para a festa final, etc. Na Casa de Portugal, que é uma casa conhecida. É ali na... Como é que chama aquela rua? Rua conhecida que liga ali o centro da cidade com a Paulista. Bem, na Casa de Portugal lá fui eu e lá encontrei uma cidadãzinha paulista, metida a besta, que estava estudando no normal. Iria fazer o vestibular e eu, naquela época, era metido a besta também. E eu era muito caxias já naquela época. Então em literatura brasileira eu era mestre. Declamava o Castro Alves de cabo a rabo. Comecei a história do discurso intelectual com a mulher e ela se encantou comigo, casamos e estamos juntos até hoje.

I.N. – E ela é paulistana?

A.S. – Ela é paulistana.

I.N. – De família daqui?

A.S. – Daqui do Brás. Paulistana. Professora da USP também hoje.

I.N. – Seus sogros faziam o que?

A.S. – Meu sogro era um “classe média” chamada “baixa”.

I.N. – Comerciantes?

A.S. – Não, empregado de vendedor, coisa desse tipo.

P.F. – Ela é professora de...

A.S. – Ela é professora da USP de Pedagogia. Nós casamos muito cedo. Casamos em 1966. Namoramos uns três, quatro anos. E ela estava já na faculdade de Pedagogia. Eu estudava Economia, que era ali no centro da cidade. Doutor Vila Nova. Ela estudava já na cidade universitária [de] hoje. Departamento de Educação. E casamos, ela ainda não tinha terminado e faculdade. Casamos em 1966, em janeiro de 1966.

P.F. – Gostaríamos que o senhor falasse um pouquinho sobre esse “ser caxias na faculdade”. Qual a literatura que lhe chamava mais atenção, qual tipo, qual linha, qual leitura na filosofia...

I.N. – Como era fazer economia naquela época?

P.F. – Economia política... Como era para o senhor naqueles primeiros momentos?

A.S. – Eu vou ter que dizer o que eu penso sobre os anos 1960, que eu acho que são terríveis.

P.F. – Vamos lá.

A.S. – A faculdade de Economia, a minha faculdade de Economia onde eu estudei, no centro ali da cidade, era uma faculdade no melhor que o Brasil então poderia oferecer. Com professores indicados pelos ex-governadores, fundada em 1946, com aquela coisa. Tinha sociólogo, advogado. O que menos tinha era economista de fato.

I.N. – Quanto tempo tinha a faculdade de economia?

A.S. – Eu cheguei lá já tinha 20 anos.

I.N. – Então ela foi fundada em...

A.S. – Mais ou menos em 1946. Na época, tinha uma figura que se destacava sobre todos e que era em conteste líder na faculdade: Antônio Delfim Netto, com quem eu tive a felicidade de cruzar na vida. É um outro evento de sorte da minha vida, foi o Antônio Delfim Netto.

P.F. – Que esteve durante toda a sua trajetória em alguns momentos importantes.

A.S. – Esteve. Esteve em todas. Então foi onde eu encontrei-o, mas a faculdade de economia era muito essa dispersão. Sociologia, tinha até Psicologia... Você imagina, o meu professor de psicologia chamava Paulo Singer. Não sei se você conhece. Que era também uma figura muito simpática, do Partido Socialista. Foi a primeira vez que me levou ao comitê do partido ali na... Eu acho que era na Liberdade, etc. E eu fui monitor dele, diga-se de passagem. Então você imagina, o Paulo Singer é um economista. O que estava Paulo Singer fazendo dando aula de Psicologia? Eram poucos economistas de fato que te empurravam na direção da leitura que você pergunta o que seria. A gente lia era o Caio Prado, lia o Celso Furtado, lia o Marx, lia a revolução, era stalinista na época. Então era isso que você lia. É muito conflagrado o clima. O clima universitário era muito politizado.

P.F. – Em plena emergência do período de ditadura militar.

A.S. – Ditadura militar. Mas ela só vai se aguçar a partir de 1968, então eu tinha participação no centro acadêmico. Foi desmontado praticamente o centro acadêmico em 1964, 1965. E nós tínhamos uma militância bastante forte. Naquilo que dava para fazer eu tinha alguns colegas com quem eu tenho relação até hoje. O Simão Davi Silber, que é hoje professor lá da Fipe, da USP, com quem eu tinha mais contato. Nós éramos muito caxias, estudávamos. Eu lembro que nós resolvemos ler, por exemplo, livro de economia no último ano porque a gente achava que não tinha aprendido economia e para fazer o concurso da EPGE da época, ou mesmo da Fipe,

a gente tinha que aprender alguma coisa. Então nós sentamos e devoramos um livro que chamava *Stone and Hughes*⁵, se eu não me engano, que era introdução à economia e é um clássico dos anos 1950. Porque nós não nos sentíamos confortáveis com o ensino da economia. Na verdade, o único empurrão dado e a figura dominante era o Delfim, que era o cara que empurrava a gente para estudar e ler. Uma espécie de autodidatismo. Porque a escola era muito essa confusão. Não era ainda uma... Mas isso era o Brasil inteiro. Não era só...

P.F. – E ele era professor? O Antônio Delfim Netto era professor de...

A.S. – Ele tinha uma cadeira. À época nós tínhamos “a cátedra”.

I.N. – Catedrático.

A.S. – Catedrático. Então tinha várias disciplinas entre as quais teria desenvolvimento econômico, que ele dava. Ele organizou um curso sobre economia brasileira. O Delfim, ele não era um teórico... O Delfim sempre foi voltado para olhar a realidade, buscar a informação empírica. O livro clássico dele é a história do café⁶, que é uma referência em todo lugar que você vê, estuda. Você vê que é um trabalho empírico. Não é aquele trabalho naquela concepção historicista, abrangente, de que explica o mundo com 10 parágrafos, que era o que a gente tinha tradição. E nós tínhamos uma outra professora chamada Alice Piffer Canabrava, que dava aula de história. Eu gostei muito de história graças à influência da dona Alice. Por conta dela nós éramos obrigados a praticamente decorar o livro do Caio Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo*, que é também um livro clássico, e o livro do Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, que é também outro clássico. Então no fundo era isso a base. E com o Delfim eram os seminários que ele dava. Não, eu diria, dar mais coisa acadêmica do que meramente, – como é que se chama? –, didático-pedagógico. Como é que chama esse livro de introdução?

P.F. – Esses manuais?

A.S. – Manuais. Não manuais. E para nós era como se Deus tivesse baixado na terra.

P.F. – Isso marcava um pouco o que vocês sentiam sobre a economia. Porque assim, se o senhor nos diz que no final do ano vocês pegavam livros que caíam nesses concursos, e que ali sentiam que estavam estudando economia, como é que era o seu sentido de economia nessa época? Porque me vêm dois sentidos aí.

⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁶ O entrevistado refere-se à obra *O problema do café no Brasil*.

A.S. – Você sempre tem um herói. Os grandes heróis da economia no Brasil nesse período eram os heróis de direita e os de esquerda. Então você pega Roberto Simonsen em São Paulo, vindo com a tradição protecionista, etc. e tal. E o pessoal do Rio, com o Velho Gudin⁷ que você está lá, com o Bulhões, etc., que eram, digamos, a direita. E desse clima surge um cabra que provoca uma grande admiração entre os economistas, que é o Celso Furtado, que ele emerge como um nordestino, ganhador de prestígio mundial, professor em Paris, professor nos Estados Unidos, escrevendo livros maravilhosos. Então o pessoal via no Celso Furtado, – esse pessoal mais da esquerda –, uma grande liderança e um grande ídolo. E o Celso Furtado era muito admirado pela minha turma, que tinha esse pendor mais... Nós éramos de esquerda. Queríamos consertar o Brasil, etc. E a escola era de direita. Mas essa discriminação de direita – esquerda, no caso do Delfim, nunca foi levada a sério. Delfim sempre foi muito aberto.

I.N. – Como é que ele lidava com isso?

A.S. – Ele lidava muito bem. O Delfim atraía todos os melhores alunos da escola, porque ele era o grande economista. Botando tudo que eu falei do Celso foi válido para o Delfim para o pessoal que estava na escola. Ele não tinha ainda a visibilidade nacional, mas era uma figura importantíssima. Ele era referência da economia em São Paulo. Porque não tinha... era um deserto isso aqui. Estranho, não é?

I.N. – Como é que foi se formando ao longo do curso? Quais foram as disciplinas que o senhor lembra?

A.S. – O curso de São Paulo, assim como de resto do Brasil, se beneficiou em larga escala do programa de ajuda americano, que foi instalado no Brasil nos anos 1960. A própria Fundação Getulio Vargas, o IPEA mesmo, que já estava nos seus primórdios, recebeu uma forte ajuda americana, com professores americanos que aportaram aqui e tudo. O Ford USAid⁸ é um famoso. Você já deve ter ouvido falar. Cá nós aqui em São Paulo, nós tínhamos na USP um instituto de administração e um instituto de pesquisa no departamento de economia. Graças ao efeito Delfim, eu diria, houve uma concentração grande de recurso naquilo que se convencionou chamar depois Fipe, mas era IPE, Instituto de Pesquisa Econômica. E o que o programa do Ford USAid fez nesse período em São Paulo na USP? Montou um curso de pós-graduação sem as formalidades de diploma, essas coisas, para rivalizar um pouco com o que tinha no Rio de Janeiro, que era o único à época.

⁷ Refere-se à Eugênio Gudin, economista brasileiro e ex-Ministro da Fazenda (1954-1955).

⁸ Programa de formação de economistas, financiado pela Ford Foundation.

I.N. – Na PUC ou da FGV?

A.S. – Na PUC vem 100 anos depois.

I.N. – Da FGV mesmo.

A.S. – Da FGV. Porque a FGV é o núcleo central da economia do Brasil. É getulista. É por isso que chama até Getulio Vargas. Lucas Lopes e tudo. Até tem fofoca do Getulio com a digníssima esposa do cidadão. Você deve saber. [risos] Muito bem. Voltemos a São Paulo. Então esse programa trouxe, alguns professores vieram para São Paulo.

I.N. – Que ano foi isso?

A.S. – Isso começou em 1967.

I.N. – Então o senhor já tinha se formado.

A.S. – Tinha me formado. Eu fui o primeiro exemplar. Não, fui o segundo. Fui o segundo e até tenho também histórias interessantes a respeito disso. Então o IPE formou esse curso com professores americanos. Nós tínhamos um, dois, três, quatro professores. Três dos quais vieram da Universidade de Vanderbilt, no Tennessee. Acho que tinha um de South Carolina. E o pessoal que tinha ido para o Rio era mais qualificado, vai. Eu estou querendo lembrar o nome do cara que de vez em quando ele escreve um artigo aí nos jornais, que na época era também conhecido. Tinha um cidadão chamado Werner Baer, que morreu ano retrasado, por sinal. Era um brasilianista também, que tinha escrito um livro sobre história do Brasil, etc. Dava aula lá e dava aula no Rio também. E tem o Georgescu-Roegen⁹. Esse era um grande economista americano. Um homem esquisito. Muito bem. Esses cabras... Enfim, eles montaram um curso. Era uma dificuldade, a gente mal falava inglês. Sabia duas palavras, *I love you* e *no more*.¹⁰ Então esses caras deram os cursos de pós-graduação e distribuíram bolsa de estudo.

I.N. – Isso era financiado pela Fundação Ford?

A.S. – Ford e US-Aid. Nós íamos para os Estados Unidos com bolsa dessas organizações. Eu fiquei quatro anos lá, por exemplo.

I.N. – Fazendo doutorado.

A.S. – Doutorado.

⁹ Economista romeno, que se iniciou em Economia com Joseph Schumpeter no período que passou em Harvard de 1934-36, conforme CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 30, n. 3, p. 438-454, Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31, jul., 2018.

¹⁰ Expressões da língua inglesa que podem ser traduzidas, respectivamente, como “eu te amo” e “chega”.

I.N. – Mas esse curso que o senhor falou que começou no IPE, ele não era inicialmente um mestrado? Porque também a pós-graduação estava...

A.S. – Era pós-graduação sem a formalização. Por isso que eu falei que não te dava o título de mestre, nada disso. Entendeu?

I.N. – Entendi. E o mestrado na economia começou depois então.

A.S. – Ah, bem depois.

P.F. – Vocês estavam lá no período de euforia e o *boom* das ações.

A.S. – Você sabe que isso... O mercado de capitais no Brasil é um acidente. Aliás, na época, deve ter alguma coisa escrita por mim. Tem um livreto da Bolsa de Valores de São Paulo que tenta descrever o mercado naquela época. Uma coisa residual. O mercado de capitais no Brasil nunca foi muito desenvolvido graças a duas coisas: a grande intervenção do Estado, seja como financiador de longo prazo, seja como investidor direto, e a inflação. Porque a inflação, já nos anos 1960, ela ficou como ameaça. Nos anos 1970 ela botou a cara para fora, nos anos 1980 ela driblou o setor público, nos anos 1990 quebrou o país de vez. Então foram 30, 40 anos de inflação trafegando para patamares cada vez maiores. Nesse ambiente é difícil você imaginar a formação do mercado de capitais a despeito dos esforços que foram feitos. A CVM deve muito à existência de um outro cidadão também muito importante na economia brasileira, mas depois, que é o Mário Henrique Simonsen, que era um gênio, que criou a Lei de Mercado de Capitais. Foi no governo Geisel, eu acho. Ele era ministro da Fazenda e os primeiros movimentos do mercado de capitais foram graças a essa cutucação aí do governo, do ministro Mário Henrique Simonsen. Mas nunca houve um clima propício ao desenvolvimento saudável do mercado de capitais graças a essas características. Quer dizer, essa coisa só veio melhorar institucionalmente anos depois. Os anos 1980, os anos 1990 no Brasil foram muito cruéis com a sociedade. É uma sociedade muito cheia de vícios para que o seu mercado de capitais possa se desenvolver. E eu passei meteoricamente pela CVM. Eu sempre estudei o mercado, etc. Passei meteoricamente porque aquela coisa da dívida externa, etc., achavam que eu poderia ser mais útil lá.

P.F. – E o senhor quando já estava estudando fora, já tinha mais ou menos essa visão sobre mercado de capitais incipiente no Brasil?

A.S. – Não. Eu era um idiota completo como economista, sabe?

I.N. – Eu ia perguntar como foi esse processo de fazer o doutorado nos Estados Unidos.

A.S. – Para mim foi vital. Foi a coisa mais importante que eu fiz. Mas o problema é que você fica muito distanciado da realidade. Seja de lá ou de cá. Não é questão de realidade brasileira. Você, quando faz um curso desse de PhD, você é jovem, entusiasmado. Você acha que é o dono do mundo. Acha que você sabe tudo e quem não te acompanha é ignorante, é um imbecil, etc. No Rio que não é bem verdade. Mas então você volta com aquela ilusão de que estudar aquelas coisas que você aprendeu seriam pertinentes para um Brasil que era institucionalmente devastado. Quando eu fui para o governo, eu participei do governo, na CVM, e depois no Banco do Brasil, e tomei um grande choque, o que demonstra de uma certa forma a minha ingenuidade na época. Porque eu já era um cara formado, PhD, escrito um monte de *paper* sobre o Brasil, etc. E quando fui, que constatei aquela realidade, quer dizer, o Brasil era um caos institucional. Então é até ingênuo você falar em desenvolvimento de mercado de capitais. Porque o clima era tão adverso ao desenvolvimento do mercado de capitais... Por que adverso? Porque primeiro o setor público não tinha noção de restrição orçamentária nenhuma. O Brasil não tinha um processo, digamos, democrático ou autoritário, que seja, de formulação coerente de um que nós chamaríamos de orçamento que só veio... É uma noção que só veio a ser perseguida, – não que instaurada, mas perseguida como tal –, a partir do Plano Real, a partir dos anos 1990. Nós estamos falando de 1970 e 1980. Eu lembro que nos anos 1980 a gente falava em orçamento das estatais, orçamento monetário, orçamento federal. Então não era orçamento. O Banco Central era uma brincadeira. Vários bancos estaduais tinham acesso direto à reserva bancária, criando base monetária. E nós olhávamos isso com uma certa inocência. Mas eu devo dizer que esse olhar crítico eu não tive na época e até me penitencio muito por isso. Você está me olhando com uma cara.

P.F. – Estou deixando, porque está muito interessante ouvir isso.

I.N. – Está muito interessante. O Guto tinha perguntado a sua visão sobre o mercado de capitais nesse momento.

P.F. – Que eu acho que já se desdobra um pouco para a gente entender um pouco como foi sua formação teórico-conceitual nos Estados Unidos. Você fala que tem esse descolamento um pouco da realidade.

I.N. – Como foi essa formação nos Estados Unidos?

A.S. – A formação foi muito boa. Eu acho que eu tive uma belíssima formação. Até hoje eu acho que sou um bom economista, apesar de ter largado a economia há 20 anos.

I.N. – Quem lhe orientou nos Estados Unidos?

A.S. – Foi Arnold Harberger. Eu fui aluno do Friedman. Eu tive os melhores professores.

I.N. – Lá em Chicago?

A.S. – Lá em Chicago. Eu fui aluno do Friedman no 330, 331, que vocês são sabem o que é isso.

P.F. – O nome dele?

A.S. – Milton Friedman¹¹. Fui aluno do Harry Johnson¹². Fui aluno do Bob Mundell¹³, que também foi Nobel Prize *winner*¹⁴ tanto quanto o Milton Friedman.

I.N. – Harry Johnson.

A.S. – Robert Mundell. Esse daí é muito conhecido. É um craque da área de macroeconomia de economias abertas, entendeu? Ele é um dos pioneiros desses modelos de economias abertas, impacto de juros, fluxo de capitais, controle monetário com fluxo de capitais, problemas cambiais, etc. e tal. E também da reforma monetária. Por exemplo, eu tive uma formação bastante sólida nessa área graças a esse cabra aí, Mundell. Eu estudei muito sobre as organizações mundiais multilaterais de criação de moeda, Banco Mundial, IMF, enfim.

I.N. – O seu orientador quem foi? O nome. Só para eu anotar aqui.

A.S. – Arnold Harberger.

I.N. – E o senhor escreveu a sua tese sobre o que?

A.S. – Sobre a inflação, que era uma palhaçada. Nem quero que você olhe.

I.N. – [Riso] Sobre a inflação. Quanto tempo o senhor ficou em Chicago?

A.S. – Quatro anos.

I.N. – Como foi viver em Chicago durante esses quatro anos? Porque sai de Manaus, vem para São Paulo, vai para Chicago.

A.S. – Eu estou dizendo, eu sou um acidente histórico.

I.N. – Como foi?

A.S. – Foi muito legal. Eu fui para Chicago.

I.N. – O senhor ficou quatro anos lá *full time*.¹⁵

A.S. – *Full time*.

I.N. – Com bolsa de estudos da Fundação Ford.

11 Milton Friedman (1912-2006), economista norte-americano.

12 Harry Johnson (1923-1977), economista canadense.

13 Robert Alexander Mundell (1931), economista canadense.

14 Expressão da língua inglesa que significa “vencedor do Prêmio Nobel”.

15 Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “em tempo integral”.

A.S. – Com bolsa de estudos, casado.

I.N. – Já com filhos?

A.S. – Tivemos o primeiro filho lá, chamado Márcio, que foi meu primeiro. Fomos em julho de 1968, passamos um estágio em Boulder, no Colorado, perto de Denver, lugar maravilhoso. Umás montanhas rochosas lindas. Só passei lá.

P.F. – Ela já tinha se formado, a sua esposa?

A.S. – Ela já tinha se formado.

I.N. – Que ano o senhor foi para Chicago?

A.S. – Sessenta e oito.

I.N. – Sessenta e oito. No auge da ditadura.

A.S. – Antes do AI-5.

I.N. – E ficou até 1972.

A.S. – Setenta e dois. Junho de 1972. Aí em setembro fui para Chicago me familiarizar com o ambiente. Conseguimos alugar um apartamento 5110, South Kenwood, que eu morei o tempo todo nesse endereço lá. South Chicago Hyde Park. Lugar agressivo. O sul de Chicago é um bairro bastante complicado. Predominância negra, *neighborhood16* toda. Muito agressivo. A gente tinha um certo medo. Morávamos perto do *point*. O *point* é um lugar... É lindo o lago de Chicago. O Lago Chicago é uma maravilha. O Lake Shore Drive é uma avenida que vai desde o sul, sobe, vai até Evanston, e vai para Milwaukee, eu acho. É Milwaukee. É um grande parque de alguns quilômetros. É em frente ao lago. Lakefront em Chicago é uma maravilha, só que no inverno é um inferno de frio. Então nós fomos e eu, na universidade, só estudava. Mal fazia alguma coisa. Minha mulher que ficava vitimizada lá em casa. Aí resolvemos ter um filho. Piorou mais ainda, porque ela estava começando a fazer os cursos na área de educação, teve que parar. Mas ainda assim ela fez alguns cursos, mas não tirou nenhum título.

I.N. – E seus colegas? Fez grandes amigos?

A.S. – Fiz, fiz. Nós éramos figurinhas raras lá de brasileiros. Na verdade, nós éramos quatro brasileiros quando eu cheguei em Chicago. O Carlos Geraldo Langoni, que vocês devem conhecer e o Edy Kogut¹⁷, que eram do Rio de Janeiro; e o Zé Luiz Carvalho¹⁸, que também foi professor da EPGE¹⁹, depois saiu. Nem sei se ele dá aula ainda hoje. E eu de São Paulo.

¹⁶ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “vizinhança”.

¹⁷ Refere-se a Edy Luiz Kogut.

¹⁸ Refere-se a José Luiz Carvalho.

¹⁹ Escola de Pós-Graduação em Economia (FGV).

Nós éramos quatro pistoleiros de economia do Brasil. Isso porque poucos tinham brasileiro nas escolas ditas de alto coturno lá. A maioria ia para Vanderbilt, South Carolina, North Carolina, enfim. Isso no começo do programa. E o Chico Lopes foi para Harvard, eu lembro, no mesmo ano. Eu fui no mesmo ano. O Francisco Lopes... Então nós nos dávamos muito bem lá. Aquela coisa de proteção dos agregados. E tive muito boa relação com vários argentinos, chilenos, americanos.

P.F. – Mesmo assim olhando para o Brasil ainda. Mesmo de longe.

A.S. – Você olhava só para o seu umbigo nessa época. Você queria era fazer o curso e passar, porque Chicago é cruel. Muita gente que foi não passou, voltou sem nada. No Rio está cheio. Não vou dar nem o nome [riso]. Aqui também [riso]. Você tinha que cuidar da tua sobrevivência. Estavam te dando uma oportunidade de ouro, então você tinha que passar naquelas porcarias, tinha que fazer boa impressão. Então você esquecia o mundo e enfiava até a cabeça. Óbvio que o nome do meu filho, Márcio, é até uma homenagem a um perseguido político, que foi cassado no Congresso em 1968, 1969 e tal. Mas isso era uma coisa remota. Uma coisa remotíssima. E nós estávamos vivendo nos Estados Unidos um momento de grande convulsão social. Eu costumo brincar que o cara que fez a segunda maior revolução americana no século XX, que é L.B.J.²⁰, que era odiado graças à guerra do Vietnã, isso se manifestava com clareza no campus, etc. Mas depois, lendo a história americana que eu descobri que ele estava revolucionando com os direitos civis, que ele trouxe e fez votar no Congresso americano pela primeira vez depois de 30 anos, depois do governo Roosevelt. Ele foi o primeiro que conseguiu avançar uma agenda de direitos civis. Você sabia disso? Mas eu aprendi isso depois. Não foi em Chicago. [riso]

I.N. – Eu queria voltar. Isso é uma pergunta que ficou aqui para trás. Sobre as suas relações na USP, na faculdade. Quem eram seus colegas?

A.S. – Ah, na USP? Tenho. O João Sayad²¹, por exemplo. Nós fomos colegas. Andrea Calabi foi meu aluno, inclusive. O Celso Martone²² foi meu colega, foi meu contemporâneo. O Juarez Rizzieri, que é o presidente da Fipe hoje, foi meu contemporâneo. Inclusive nos Estados Unidos. O Simão Davi Silber, que hoje é professor titular está lá. Roberto Macedo, que foi secretário de... Luiz Carlos Mendonça de Barros. Luiz Carlos não. Ai, meu Deus. O irmão dele.

²⁰ Refere-se a Lyndon Baines Johnson, conhecido como L.B.J., presidente americano entre os anos de 1963 e 1969.

²¹ Economista e professor titular da FEA-USP.

²² Professor titular da FEA-USP.

Aliás, você parece muito com o filho do Beto Mendonça de Barros²³. Não sei se você é o filho dele.

P.F. – Não.

A.S. – Mas parece. O Beto escreve, está aí. Já foi secretário de política. São figurinhas. Andrea Calabi, João Sayad, enfim.

I.N. – E esses foram seus colegas na USP, que ficaram ao longo da sua vida?

A.S. – É, temos relacionamento até hoje.

I.N. – E como foi então essa vida no campus? Porque isso é muito interessante. O senhor falou que não falava inglês, não é?

A.S. – Quando fui não.

I.N. – Como foi viver?

A.S. – Aprender na raça. Eu escrevo melhor do que falo até hoje, porque na verdade, quando você trabalha em uma área específica, você domina o jargão. São dois tapas para você... Então como é mais escrito do que falado, eu não tive muita dificuldade por escrever. Fiz tranquilamente. Os primeiros 90, 60 dias, eu tive dificuldade. Depois... Fui embora. Ah, tem uma coisa. Até hoje eu falo inglês meio boçal porque é muito economês. O coloquial eu nunca fui... Até porque eu costumo dizer o seguinte: quem vai para os Estados Unidos como eu fui não pode ir casado. Tem que aprender a namorar em inglês, ir para a cama em inglês, ir ao banheiro em inglês. Enfim, tem que ter uma vida mais parecida com a normalidade das pessoas.

P.F. – E a sua formação linguística foi mediada bem pela economia.

A.S. – É só economia. Eu só estudei economia, um pouco de história e nada mais.

I.N. – O senhor estava lá na época do *boom* das ações em 1971 aqui no Brasil.

A.S. – Mas é isso que eu vou te dizer. Ele perguntou isso. Não teve *boom*. O mercado era ridículo, desse tamanhinho.

I.N. – E o senhor vendo isso de lá. Como é que era ver isso de lá?

A.S. – Eu não via. [riso]

I.N. – Interessantíssimo isso. Muito interessante.

P.F. – E aí quando o senhor voltou foi em 1972.

A.S. – Voltei em 1972. Obviamente eu era uma das figurinhas carimbadas. Dez caras tinham PhD acho que nos Estados Unidos, nessa época, na idade, na faixa etária que eu tinha. E eu

²³ Refere-se a José Roberto Mendonça de Barros, economista, professor titular da FEA-USP e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

tinha uma boa relação com o Delfim Netto desde as priscas eras e com a turma do Delfim.
[entrevistado interrompe para atender ao telefone]

P.F. – Inclusive, a gente esqueceu de mencionar. Quando o senhor quiser fazer uma pausa, não tem problema nenhum. A gente estava falando no seu retorno em 1972. O senhor lembrou Delfim, que naquele momento era ministro da Fazenda.

A.S. – O Delfim era ministro da Fazenda e eu vim para São Paulo...

P.F. – PIB crescendo, inflação alta.

A.S. – Não, inflação crescente e sob controle burocrático, não de fato. Houve aquele *boom* do milagre econômico, etc. e tal. O Brasil estava na moda, Brasil ame-o ou deixe-o, blá, blá, blá. Eu vi. O Delfim me conhecia pessoalmente, achava que eu podia ajudá-lo e na época eu estava nos trinques com a reforma do Sistema Monetário Internacional. Logo depois teve aquele negócio da influência de moeda, teve o governo Nixon, que rompeu unilateralmente a vinculação do dólar ao ouro, etc. e tal, a flutuação das moedas, reforma, reunião do fundo. E o Delfim insistiu para eu ir para o Rio de Janeiro para trabalhar com ele. Eu, na verdade, queria muito, mas minha mulher diz: “Ah, agora, quatro anos eu quero São Paulo, eu quero acabar minha formação acadêmica. Eu vou ficar aqui. Você tem que ficar comigo.” E foi relutantemente que eu fui para o Rio. Trabalhei com o Delfim até a saída dele.

I.N. – Até a saída dele. O senhor ficou lá quanto tempo?

A.S. – Setenta e dois. Cheguei no Brasil em junho-julho de 1972 e o governo Geisel começou quando? Em 1974, em março. Eu fiquei pouco tempo, porque demorou, eu fiquei em São Paulo. Não fiquei um ano. Se muito. Mas continuei sempre em contato com o Delfim, tanto que quando ele voltou no governo Figueiredo, anos depois, também eu estive por perto sempre.

I.N. – O ministério ainda estava no Rio?

A.S. – Estava no Rio de Janeiro. Era aquele prédio que tem ali na Antônio Carlos. Perto da famigerada Assembleia Legislativa do estado do Rio.

P.F. – Devem ter ocorrido alguns choques. O senhor voltando dos Estados Unidos vendo um Brasil que se viu distante durante um tempo.

A.S. – Ah, o Brasil mudou assim radicalmente. Não tinha marginal, por exemplo, aqui. Tinha ido para Tatuapé, digo: “Vai pela marginal.” “Marginal? *What the hell is that?*”²⁴ Não sabia. A Avenida Consolação era uma ruazinha. Virou uma avenida. Enfim, a cidade fisicamente

²⁴ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “que diabos é isso?”.

mudou. E o Brasil a cabeça também tinha mudado. O Brasil achava que ia ser o rei do borogodó porque cresceu quatro, cinco anos a 10% ao ano e teria antecipado a China de hoje.

I.N. – Eu fiquei curiosa com isso também. O senhor falou que no momento do golpe estava no diretório acadêmico, então tinha uma proximidade mais com a esquerda.

A.S. – Sem dúvida. Total.

I.N. – E como foi passar pelo golpe, ir para os Estados Unidos? Eu digo politicamente.

A.S. – Foi muito divertido. Foi ameaçador e divertido. Alguns colegas foram presos, outros morreram, enfim. Não gosto nem de... É um momento heroico. Você é jovem, é bacana ser diferente. E é uma sociedade muito desigual. Sempre foi, não é? Você, às vezes, se amortece um pouco mais, um pouco menos, mas sempre... É uma realidade que é cruel no Brasil. A escravidão é um horror. Quer dizer, eu acho que o impacto da escravidão até hoje é sentido em vários... Mas isso depois de velho é que você chega a essa conclusão. Mas, de qualquer modo, esse sentido de revolta era muito comum e a política universitária era propícia a isso. Tinha de tudo. Tinha PC do B, PC, a igreja católica, assim mesmo de esquerda, de direita, de centro.

I.N. – O senhor chegou a ter alguma filiação partidária? Não?

A.S. – Tive. Meus amigos eram da Polope, você imagina, que deu a Dilma depois. O Simão morava junto comigo. Simão era um dos líderes da Polope. Só tinha dois caras da Polope na escola. [riso] Meu apartamento era o...

I.N. – Simão Davi Silber.

A.S. – Silber. É um judeu de origem polonesa eu acho.

P.F. – E o pensamento econômico dessa época? Como é que o senhor sentia? Onde que o senhor se identificava mais fortemente falando de economia política?

A.S. – Eu já te falei. A figura central para esses jovens... O Celso Furtado sempre foi uma referência. Para alguns outros era tipo... Tinha o Ignácio Rangel, lembra? Que era um cara que foi do BNDES. Foi importante economista, estudou muito inflação. Ignácio Rangel era uma referência. O Caio Prado era outra referência na área de esquerda. E alguns outros, mas a economia nunca foi muito de esquerda na história. São poucos grandes economistas de esquerda. Muito poucos. Quase nenhum. Então a grande referência como economista do USAid era o pessoal do Rio. Era o pessoal da escola Fundação Getulio Vargas, com origem no Bulhões, no Velho, o outro. Como é que chama?

P.F. – O Lamy?

A.S. – Não, o outro, anterior a ele. O Gudin. Eugênio Gudin, que ele tinha um livro clássico, que era o livro que dominava as mentes. Era um livro de introdução à economia, era o livro do . Depois que veio, o mundo descobriu o Samuelson, que é provavelmente o maior economista do século passado.

P.F. – Nome completo. É o...

A.S. – Paul Samuelson.

P.F. – Ah, o Paul Samuelson.

A.S. – E que virou coqueluche no mundo inteiro, não é? O livro texto dele nos anos 1960, 1970, 1980 não tinha o que...

P.F. – Naquela época, quer dizer, 1973, 1974 havia Bresser Pereira.

A.S. – Não. O Bresser é um colega, eu gosto dele, é um amigo nosso. Trabalhamos juntos. De alguma forma participei lá, ele me chamou para aquele Plano Bresser, etc. Mas o Bresser foi mais na área de, digamos, associado ao pessoal do Fernando Henrique. Que era um pessoal mais na área de sociologia e política. O Bresser é um pouco mais de pitada de economista, etc. e tal, mas o Bresser não é dessa turma de formação por excelência de economista, como é o Serra. O Serra é economista. O Serra fez engenharia, mas depois fez economia, fez PhD em economia. Enfim, é um cara de formação em economia. Não é um autodidata de economia como é o Bresser.

I.N. – E como é que foi voltar? O senhor com essa formação mais de esquerda volta e vai trabalhar no governo...

A.S. – Não, mas aí já era de direita. [riso]

I.N. – Ah, já era de direita aí. Já tinha mudado.

P.F. – Como Chicago *boys*²⁵.

A.S. – Como Chicago *boy*.

I.N. – Já tinha mudado de visão.

A.S. – Tinha mudado já. A esquerda é um delírio juvenil que você tem às vezes. Depois você pega equilíbrio. Eu acho que sou um cabra equilibrado entre as duas polarizações aí de direita e esquerda. Tem alguns colegas nossos... Eu estava até vendo, se você pegar... Eu estava vendo hoje o Paulo Guedes, que também é colega nosso, que é um cara, eu diria, de direita. Um outro que me surpreende é o Paulo Rabello de Castro hoje. Eu fiquei estarecido com essa nova

²⁵ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “garotos de Chicago”.

posição dele de querer ser candidato a presidente da República, mas ele tem uma posição meio radical de direita. Enfim, os nossos colegas de Chicago têm essa tendência, mas não é universal essa tendência do pessoal de Chicago. Chicago te ensina a estudar. É uma escola muito formal. Você aprende muito. Você está em um dos melhores centros de ensino de economia. Você pode dizer: “Olha, tem um viés direitista.” Tudo bem. Até acho que tem mesmo, mas isso não significa dizer que você é um idiota, ou é idiotizado pela escola. Mais obviamente aquele delírio infantil da esquerda havia passado.

P.F. – E nesse momento o senhor concentrava muito do seu trabalho crítico ainda sobre a questão da inflação, não é? Foi sua tese, mas você veio para o Brasil trazendo essa...

A.S. – É, mas era, – é isso que eu digo, – muito descolado. Esse é o tipo de aprendizado que o tempo ajuda. Você aprende que inflação é um fenômeno essencialmente monetário estando em Chicago nos anos 1950, 1960 e 1970. E não é. É um processo de organização orçamentária, eu diria, que o Sargent²⁶ já falava isso nos anos 1980 criticando o Friedman. Aí que veio ganhando força ao longo das décadas e que hoje tem ainda algumas dúvidas, mas é óbvio que se você não tem uma visão orçamentária intertemporal, você não pode falar seriamente sobre inflação. A inflação é um negócio de desorganização da ação do Estado. O Estado opera à deriva.

P.F. – Quer dizer, é um processo.

A.S. – É um processo complexo de interação entre... Porque o Estado brasileiro é esse. É um caos os anos 1980. O Brasil estava à deriva tanto política, econômica e socialmente. A crise do petróleo de 1972, depois reiterada em 1979, 1980, explodiu a economia brasileira.

I.N. – O que o senhor fazia no Delfim? O senhor trabalhava no ministério com ele? Era assessor dele?

A.S. – Assessor.

I.N. – Assessor. E até quando você ficou no ministério? Setenta e quatro, não é?

A.S. – Até 1973. Basicamente 1973.

I.N. – Quando entra o Simonsen. E o senhor vai fazer o que quando sai?

A.S. – Eu dava aula.

I.N. – Voltou para a USP.

A.S. – Voltei para a USP.

26 Refere-se a Tom Sargent, autor do livro “The Evolution of Monetary Policy Rules”.

I.N. – Voltou para USP e ficou como professor.

A.S. – Eu dei aula muitos anos. Parei de dar aula depois que eu me envolvi um pouco mais com a empresa. Fui mais para o setor privado, montei empresa, aí fiquei na vida de banco, assessor, investidor na área mobiliária, etc.

I.N. – Mas durante esse período, 1974...

A.S. – Ah, até oitenta e muitos eu fiquei na USP 100% do tempo.

I.N. – Cem por cento professor, dedicação exclusiva, tudo.

P.F. – Isso quantos anos que a gente está falando?

A.S. – Já nos anos 1980.

I.N. – Como é que era o seu trabalho como professor na USP de 1974 até...

A.S. – Não, dei muita aula. Eu gosto de dar aula. Eu não gosto de corrigir prova, eu costumo dizer. [riso]

I.N. – A gente viu no seu currículo que teve um trabalho também importante no IPE de estruturação do IPE.

A.S. – Eu fui presidente do IPE durante acho que oito, seis anos. Eu fui presidente do IPE nos anos 1980. Eu fui diretor de pesquisa, depois diretor presidente dois ou três mandatos. Eu fiquei quase seis, oito anos na direção do que hoje é a Fipe, que é esse índice de preço, essas coisas. Nós ajudamos a botar de pé.

P.F. – Instituto de Pesquisas Econômicas.

A.S. – É. Eu fui capitão lá durante muito tempo.

I.N. – E como era o seu trabalho na Fipe?

A.S. – Era organizar o ego dos colegas, que era um inferno. Você tinha uns 20 PhD, cada um deles achando que era dono do mundo e você tinha que coordenar esse povo e arranjar dinheiro para eles trabalharem.

I.N. – O que consiste esse...

A.S. – Nós ajudamos muito a botar em pé o setor público, porque era muito caótico, muito desorganizado. A inflação desorganiza muito. Então, por exemplo, um dos centros de excelência na Fipe era o Centro de Números Índices, como foi a Fundação Getulio Vargas também. Até hoje é um centro de... Graças à experiência acumulada ao longo de décadas lá. Aqui nós começamos por recuperar um índice antigo, que houvera sido criado pelo prefeito Prestes Maia, ou algum lá para trás. Nós recuperamos, remontamos e criamos o IPCA. O IPC da Fipe, que até hoje está aí como referência em muitas coisas. E a partir desse índice, nós por

interação muito com o Delfim e o pessoal do Delfim que estava na Secretaria de Planejamento, Fazenda, etc., nós éramos muito acionados para organizar, inclusive, índices setoriais, índices para obras públicas, índices para isso e para aquilo e isso nós fizemos muito. Estudo na área de tributação, enfim. Era um *think tank*²⁷ que ajudava muito essa área de governo. Foi o que nós fizemos nesses anos 1980. Nós tínhamos uma relação muito forte com o Delfim e uma admiração muito grande por ele. A gente trabalhava para ele por prazer.

I.N. – Ele estava aonde? Porque ele já tinha saído do ministério. O Simonsen que era ministro nessa época.

A.S. – Era ministro, mas o Delfim virou uma figura emblemática no Brasil desde os anos 1960. O Delfim de 1968 a 1970, ele desafiou a lógica dos economistas. Apesar da inflação, da esculhambação que era, ele tinha uma noção clara de que ele era um desenvolvimentista e queria fazer isso acontecer. Ao contrário da, digamos, tradição Getulio Vargas, que era mais ortodoxa, do equilíbrio orçamentário que nunca houve no Brasil. nem no governo Bulhões, quando foi ministro da Fazenda. O Delfim era um debochado do ponto de vista fiscal na ótica desse povo e é o cara que marcou a sua presença pelo crescimento do Brasil do milagre. O milagre brasileiro de crescimento no pós-guerra nem se chama Juscelino, se chama Delfim Netto, correto? Porque são as taxas de crescimento mais elevadas. Agora, tem os custos, vai dizer “não a distribuição de renda”, “a ditadura”, “o AI-5”... Bem, cada qual julga como quer, mas do ponto de vista de crescimento econômico essa é a marca. E ele ficou uma referência e uma referência à distância, o que ajudou muito ele do ponto de vista político, eu acho. Porque o Geisel não gostava dele e ele terminou indo parar em Paris como embaixador. Um exílio dourado. [riso]. Por sinal fui visitá-lo algumas vezes lá na embaixada. E é isso. Ele continuou como referência e volta do saudosismo do crescimento. Mas aí ele não conseguiu mais fazer o milagre, porque aí veio a segunda crise do petróleo e 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, foi um desastre atrás do outro.

P.F. – Eu queria só fazer um pulinho antes ali, depois, quando o Simonsen está na Fazenda. Em 1975 o senhor estava já lecionando na USP de maneira integral e foi o momento ali que o Alfredo Lamy e o Bulhões Pedreira começaram a redigir a nova Lei das S.A., que de fato, ali, a gente reconhece como embrião da CVM.

A.S. – É o embrião, o pontapé inicial.

²⁷ Expressão da língua inglesa que pode ser literalmente traduzida como “reservatório de ideias”. Refere-se a instituições que se dedicam a refletir e produzir conhecimento sobre determinados assuntos.

P.F. – O senhor, nesse momento, tem alguma memória sobre...

A.S. – Não, não tenho. Eu sou mais economista e menos...

P.F. – Não entrou efetivamente nesse debate.

A.S. – Eu sempre fui muito reticente com a possibilidade de mercado de capitais. Comecei dizendo isso. Porque eu fui ganhando consciência com a experiência de que a desorganização institucional no Brasil não era muito propícia a um desenvolvimento do mercado de capitais enquanto o Estado tivesse uma pata gigante em cima dos mercados, o BNDES fosse a única fonte de financiamento de longo prazo a juros subsidiados... Enfim, era muito complicado o desenvolvimento. Você tem que disciplinar muito o Estado para que essa flor que estamos tentando cultivar ao longo de longa data possa... E obviamente o mercado era muito pequeno. Ridicularmente pequeno. O país era pequeno. [riso] A estrutura empresarial era muito... Era multinacional, estatal e empresa privada. Empresa privada era um pouco isso, que viviam babando no BNDES. Você imagina que nos anos 1970, com inflação de 40%, 30%, o Geisel resolveu limitar a correção monetária dos empréstimos do BNDES a 20%. Quem quer buscar capital de terceiros para fazer? Porque era no Estado, porque a inflação ia destruir... Todo mundo esperava que destruísse o valor real da dívida.

P.F. – Então havia um ceticismo do senhor.

A.S. – Sempre tive. Eu escrevi muito sobre isso.

P.F. – É que costurou um pouco a sua crítica, seu pensamento acerca do liberalismo no Brasil, certo?

A.S. – É. Não é nem isso. A realidade se impõe de uma forma que como é que você pode acreditar no desenvolvimento do mercado com esses entraves? É como você hoje vê o esforço que... Temos 20 anos de esforço de institucionalização de um regime fiscal consistente no Brasil. Vinte anos. Estamos a duras penas chegando à conclusão que nós erramos. A taxa de crescimento do dispêndio e da tributação não foram suficientes para agarrar o Estado na primeira crise e explodiu de novo. As pessoas não estão se dando conta do nível de destruição que é esse salto do déficit público nos últimos dois anos. É um salto maluco. Onde é que vai parar? A pergunta de quem viveu os anos 1980 é: “Ué, de novo vamos voltar a um ciclo inflacionário?” Você entende? A trajetória do Brasil foi sufocando a inflação o tempo todo.

I.N. – Mas o senhor acompanhou a CVM de longe? Nem acompanhava?

A.S. – Acompanhava. Eu fui consultor da Bolsa durante muito tempo.

I.N. – Nessa época de formação da CVM, em 1976...

A.S. – Não, não. Nessa época eu era amigo, gostava muito do Roberto Teixeira da Costa, ele era diretor do Unibanco aqui. Eu tinha bastante contato com o Unibanco. Inclusive dei até consultoria nos primeiros momentos que eu cheguei para o Unibanco, tinha relação com eles. O Roberto sempre foi um cara do mercado de capitais, banco de investimento. Ele, o Marcílio Marques Moreira e muitos outros. Eu tive muita relação com o pessoal do Unibanco.

I.N. – Mas o senhor olhava de longe.

A.S. – Não, eu era amigo dele. Mas eu era economista. Ele era um homem do mercado de capitais. São dois animais diferentes.

I.N. – Como é essa distinção?

A.S. – Distinção porque um é mais financeiro, o outro é mais economista. Um é mais teoria financeira, o outro é mais teoria econômica.

I.N. – De que lado o senhor está?

A.S. – Da economia. Mas de qualquer modo, as coisas são muito próximas. E o Bulhões Pedreira e o Lamy eu conheci. Tanto que umas primeiras visitas que eu fiz ao chegar na CVM foi visitar o Bulhões Pedreira. O Bulhões era um ícone dentre os advogados da área de mercado de capitais. E agora veja o seguinte, existiam tantas contradições. Vou te dar alguns exemplos. Você cria... Eu até anotei o número da lei, que eu esqueço: 6385. Você cria o mercado de capitais, o Estado, não sei o que, Banco do Brasil fazia parte, estava lá, estava na Bolsa já, enfim. Aí você pega uma empresa como Telebras, que era enorme. Sabe onde negociava as ações da Telebras? Na Avenida Rio Branco. Sabe aqueles caras com aquelas coisinhas nas costas? “Compre uma ação da Telerj, da Telebras.” Era uma esculhambação. Isso era o Estado. A Petrobras que estava no mercado tinha uma cláusula na lei que isentava a Petrobras de responsabilidade de publicação e seriedade de balanço. A CVM não tinha poderes para pedir uma republicação de balanço da Petrobras. Eu ousei pedir. Só para encher o saco. Então isso é que eu te digo. Isso é 1985, 1986...

I.N. – Quando o senhor entra na CVM.

A.S. – Quando eu entro na CVM. Isso depois dos anos 1970. A lei foi criada em 1972, 1976. Setenta e seis. Quando eu cheguei lá já era uma... E ainda tinham esses aleijões dentro da lei. Uma outra coisa que me angustiou quando eu cheguei. Também não conhecia. Eu era meio ignorantão disso. Muitos dos casos que vinham para o julgamento da... Como é que chama lá? O julgamento da CVM.

I.N. – Processo administrativo.

A.S. – Processo administrativo. É roubo de cautela de ações. Então eu digo: “Meu Deus, nós não temos uma estrutura, uma infraestrutura de mercado de capitais de custódia e liquidação confiável”. Porque os papéis viajavam pelas ruas da Avenida Rio Branco, no Rio, e da Rua Direita de São Paulo e se perdiam pelo caminho. Havia muito roubo de cautela física. Era papel que você para fazer a liquidação financeira tinha que transitar de uma corretora para outra. Isso era o Brasil dos anos 1980. Isso foi um choque para mim. E eu lembro que o primeiro esforço de montar uma custódia digitalizada, online, no computador, etc., foi do Bradesco. E eu dei um apoio total ao Bradesco e todo mundo me acusava de querer me entregar aos bancos, o sistema de distribuição ia ser penalizado. Uma bobagem incrível. Quer dizer, nós estávamos tentando criar um sistema de custódia. Então acusação de roubo de cautela era cotidiano. Esse é o Brasil dos anos... Quando você fala de mercado de capitais com essa pujança de boca cheia, eu ponho essas reservas. Era um mercado muito pequeno. Eu transitei lá meteoricamente e algumas coisas que eu tentei fazer acho que foram importantes. Uma delas é essa tentativa de... Eu não tive muito sucesso, que saí de lá, passei muito pouco tempo. Mas hoje em dia nem se pensa. Meu Deus do céu. É incomparável quando você vai ver a qualidade do serviço prestado para o mercado se desenvolver de infraestrutura. Outra coisa que eu tentei mexer que também era uma ingenuidade minha, porque não era possível consertar, era balanço. Estrutura de balanço. Eu convidei o Eliseu Martins, que era meu colega da USP, professor de contabilidade, que é um cidadão de um espírito público fantástico. Ele tem um dos melhores livros de contabilidade do Brasil. Ele com Sérgio Iudicibus.

I.N. – Sérgio?

A.S. – Iudicibus. Então eu disse a ele: “Você tem que vir para cá me ajudar e me salvar, porque isso aqui é uma paranoia. Tem republicação de balanço.” O balanço era... O que diria um balanço com inflação de 80%, 40%, 50% ao ano? E o Eliseu brigava pela introdução do balanço em valor real. Que eu até acho querer conciliar o irreconciliável. Inflação é inconsistente com seriedade e transparência exigida pelo mercado de capitais. Não dá para desenvolver a coisa em um clima inflacionário cavalarescente como nós tínhamos no Brasil. Então era uma reconciliação meio impossível que nós tentamos fazer, mas fizemos um grande esforço e o Eliseu ficou até 1988. Eu saí em 1986 para ir para o Banco do Brasil, mas ele ficou. E é uma figura excepcional. Uma pessoa maravilhosa.

P.F. – Mas como o senhor percebia, sentia o início da CVM? Era otimista?

A.S. – Otimista, não. Acho que era um esforço relevante para se criar um instrumento de mercado de capitais. Só que teve o azar de ser atropelado pelos fatos, mas são as primeiras pinceladas do mercado de capitais.

P.F. – Fazendo alguns contrapontos com a política do Banco Central.

A.S. – Mas isso tudo sempre foi um irmão enjeitado. Não tenha dúvida. É um irmão de criação, vai.

I.N. – Como assim? O senhor pode falar um pouco mais sobre isso?

A.S. – Você sabe a senzala? Nós éramos a senzala da casa grande, vai. O Banco Central era a casa grande. Essa que é a verdade. Mas hoje não. É toda velha história... Você não tinha poder nenhum para tomar alguma atitude conseqüente contra a Petrobras. Eu tentei, por exemplo, publicar o balanço da Petrobras, quase me mataram. Fui chamado até de louco.

I.N. – Eu queria voltar. Antes da gente continuar no seu período na CVM, eu queria voltar um pouco como que foi a sua indicação para a CVM.

A.S. – Ah, não sei.

I.N. – Como não sabe?

A.S. – Eu conheci o Dornelles.

I.N. – Como é que foi que pensaram no seu nome? O senhor conhecia o Herculano?

A.S. – Não, não. Eu não tinha relacionamento pessoal com ninguém aqui da CVM.

I.N. – Não conhecia o Jorge Hilário?

A.S. – Nem sabia quem era o Jorge Hilário. Sabia, de nome, mas não tinha relação pessoal.

I.N. – O Roberto conhecia de São Paulo.

A.S. – Roberto conhecia de São Paulo, mas eu tive muita relação com o Francisco Dornelles, que era da Receita Federal. E nós da Fipe, como presidente da Fipe, fizemos muito trabalho contratado pela Receita Federal. Organização de dados e estudos fiscais inúmeros. E eu era o presidente. Era fácil falar, interagia com o Dornelles. Eu tinha muita visibilidade pública na época. Presidente da Fipe, dava entrevista, saía na televisão, escrevia em jornal. Era metido a besta.

P.F. – Já era um grande acadêmico. Já era conhecido.

A.S. – Já. Já era conhecido. E o Dornelles era sobrinho do Tancredo, então a campanha do Tancredo é uma campanha empolgante, todo mundo participou, escrevi coisas para a campanha, aquelas coisas. E um dia ele me liga e diz: “Adroaldo, você não quer vir trabalhar

no governo?” “Só se for para o Banco Central.” Nem me ocorreu CVM. Ele disse: “Não, Banco Central já tem um time e tal.” Eu digo: “Aí não eu não quero.”

P.F. – Quem estava no Banco Central na época era...

A.S. – Lemgruber. Não.

P.F. – Carlos Braga Lemgruber.

A.S. – Foi o Lemgruber que não estava. Foi com o Dornelles.

P.F. – É, ficou uns meses. Em 1985.

A.S. – O Lemgruber, o... Tem um outro cara que está no Rio aí. Escreve sempre nos jornais. Figurinha carimbada aí de entrevista de televisão e rádio. Zé Júlio Senna. Foi diretor junto com ele.

P.F. – Depois é que veio o Bracher. O Fernão Carlos Botelho, Bracher.

A.S. – O Bracher é outra coisa. O Bracher é de um outro time. Não tem nada a ver com essa galera.

P.F. – Ele foi de 1985 a 1987, mas nesse momento em que o senhor foi convidado, era o Lemgruber.

A.S. – Fomos membros do Conselho Monetário Nacional juntos.

I.N. – Então o senhor recebeu um telefonema do Dornelles perguntando se o senhor queria ir para o governo.

A.S. – Alguém deve ter indicado. Ele me conhecia. Fazia trabalho, era presidente da Fipe, que era uma organização relativamente importante na área acadêmica. Tínhamos curso de pós-graduação, enfim. “Não, você vai para a CVM. Você escolhe como quiser, exceto um cargo que...” Tanto que eu tenho a minha indicação pela CVM assinada pelo Tancredo, porque o Dornelles preparou tudo antes do velho ter... Teve, infelizmente, [de] falecer. Aí os amigos comuns dele me ligaram. “Vai ajudar lá o Dornelles, vai ser uma transição difícil, etc.”. Eu digo: “A minha mulher não quer que eu vá”. Aquela história de bêbado. E terminei indo para o Rio de Janeiro presidir a CVM.

I.N. – Como foi tomar essa decisão de se afastar da vida acadêmica por um tempo? Foi fácil?

A.S. – Foi, foi, porque a vida acadêmica, ela tem um pouco de... Precisa ser muito idealista para ficar na vida acadêmica, entendeu? A vida acadêmica, ela tem um quê de burocratismo muito exagerado, mas particularmente forte no Brasil nas universidades públicas e não excluindo a USP. Então é complicado. Você acha que pode valer mais no mercado do que na escola. Você vai se decepcionado com a tua capacidade de interagir com as mudanças sociais,

econômicas; você vai deixando de ser ingênuo. Eu acho que deve ter uma dose de ingenuidade muito grande para permanecer lutando por uma coisa pública. O que é uma pena, porque a gente vai ficando velho, vai ficando cético, cético, cético.

P.F. – E o tripé de intenções? Porque a academia, o público e o privado na sua carreira. Sempre meio que se entrelaçando.

A.S. – Se entrelaçando. A coisa privada foi mais na frente. Eu tinha participação de alguns negócios com amigos, mas nunca tinha me envolvido. Só passei a me envolver mesmo nos anos 1990. Nos anos 1990 é que eu parti para a galega, que foi quando eu saí de vez da academia. Fiquei dando tempo parcial. Tanto que eu sou um aposentado da USP que ganha R\$ 4 mil contra o cara que ficou, o meu colega lá, tempo integral, ganha R\$ 30 mil.

I.N. – Sim o senhor não se aposentou como titular.

A.S. – Não. Como titular, mas tempo parcial.

I.N. – Tempo parcial. Não como tempo integral, nem dedicação exclusiva.

A.S. – Não, isso aí nos anos 1990... Aí sim eu me envolvi em empresa, tenho uma empresa. Montamos uma empresa, sociedade. Me envolvi com indústria, não deu muito certo. Me envolvi com mineração, não deu. Enfim, passei para uma outra, uma outra esfera.

P.F. – Retomando um pouco essa chegada na CVM. A sua experiência institucional, as pessoas que lhe receberam, as primeiras impressões.

I.N. – Como foi suceder também o Herculano [Borges da Fonseca]?

A.S. – O sentimento que... Sentimento não. A percepção que eu tive é que tinha uma equipe de advogados muito boa na CVM. E tinha um rapaz que era muito... Eu não lembro. Eu quis até relembrar o nome dele, que era superintendência de desenvolvimento, que tinha muita sensibilidade para a fragilidade das custódias de títulos e ações. E que me ensinou muito, inclusive, porque eu não estava muito ligado a essa área, mas é obvio que você percebe logo a importância de uma área de infraestrutura dessa para o mercado. E que me sensibilizou muito. Eu ativei muito, fiz muito agito. Porque tinha pouco poder para fazer mudança de lei, ou de qualquer coisa.

I.N. – Por que tinha pouco poder?

A.S. – Poder zero. A CVM nos anos 1970... O Banco Central era a grande instituição e era um horror, porque não tinham controle de nada também, a moeda era um... O Banco Central era um pouco de tudo. Tinha crédito agrícola, tinha financiamento não sei para que... Enfim, não era bem um banco. Era uma mistura de Banco do Brasil torto com Banco Central tradicional.

Chegando, eu terminei fazendo... Você me tirou da direção do raciocínio. [riso] O que nós estávamos caminhando? Para onde?

I.N. – A gente estava falando de como foi chegar na CVM.

A.S. – Pois é. Então esse rapaz, – acho que era superintendência de desenvolvimento –, me sensibilizou muito e o pessoal do jurídico, mas era um pessoal muito xiita de preservação do conteúdo da lei e tal. Então eles me trabalharam e eu tentei montar algo agressivo para poder sensibilizar uma mudança. Tanto que eu convidei o Bulhões Pedreira e alguns outros advogados para começarem a fazer as questões para alteração, para criar um clima de mudar particularmente nessa área de Petrobras. Eu até criei um pequeno projeto de lei, que eu tentei submeter à presidência da Casa Civil e que foi contestado virulentamente, para mudar o artigo que dava esse... que dava essa folga à Petrobras no balanço. Mas não consegui. Tentei mudar e obrigar também a Telebras a se incorporar ao mercado de capitais, também sem muito sucesso. O melhor que eu consegui foi colocá-la no mercado de balcão do Rio de Janeiro. Para mim era uma decepção monumental. Eu digo: “Representante do Estado, vou lutar pela lei de mercado de capitais e vou aceitar excecência dessa ordem? De ir almoçar na Avenida Rio Branco e ver o cara comprando e vendendo ação com esse nível de transparência?” [riso] Uma piada, não é?

P.F. – Porque quando o senhor estava tentando promover uma mudança na questão do desenho da Petrobras, acho que não era sob esse argumento de transparência. É outra transparência. É a transparência que é a estrutura do mercado de capitais e que não se tinha.

A.S. – É, porque sempre era... “Não, a Petrobras é segurança nacional. Não pode.” Frescura. A Telebras por quê? E as Telerj da vida. Aqui a Telerj de São Paulo era a mesma coisa. Ia aqui na Rua Direita, os caras estavam com placa nas costas querendo comprar e vender ações da Telebras.

P.F. – Quer dizer, um nacionalismo institucional que atravancou um pouco o mercado de capitais naquela época.

A.S. – Nem diria nacionalismo. Isso são interesses imediatos corporativos.

P.F. – Sob o discurso de interesse nacional.

A.S. – Por exemplo, o Daniel Dantas era um grande... Me visitava de vez em quando, porque ele ganhou muito dinheiro com Telebras. Como? Porque ele fez o *lobby* correto. Ele comprava aqui em São Paulo. Eu não vou dizer quem, mas todo mundo sabe, por isso eu falei Daniel. A mesma coisa com a Eletropaulo. É um vexame. A Eletropaulo não tinha nem mercado em

balcão. Então essas coisas que me deixavam... Eu já não era muito... Porque isso tem um componente ideológico forte, você entende? É isso que eu digo. Mas você precisa ser crítico, você precisa ter autocrítica e saber o que você pode e o que você não pode. É óbvio, eu adoraria que o Brasil tivesse mercado de capitais tão robusto quanto o americano, mas eu não gostaria de ter aquele cara que fez a pirâmide última lá, recorrente. Temos que coibir em algumas coisas que são ostensivamente antimercado. E em uma sociedade que não leva muito a sério a organização do Estado, seja do ponto de vista orçamentário, que redunde em última instância a inflação, e nessas coisas de exceções. “Ah, porque a Petrobras, porque a Telebras...” Não dá. Vamos brincar de outro jogo então. Não comigo.

P.F. – Interessante. O senhor vem dessa trajetória, de um certo modo, um ceticismo em relação ao advento do mercado de capitais, ao desenvolvimento do mercado de capitais, e logo em seguida passa a travar um certo... Isso tem tudo a ver. Parece contraditório.

A.S. – Mas não é contraditório. Por exemplo, o que eu fui tomando consciência e ficou mais vivo na minha percepção era a falta de infraestrutura para o mercado se desenvolver.

P.F. – Lutar contra esses entraves.

A.S. – Lutar contra. Mas eram entraves muito fortes. A inflação, o crédito subsidiado... Isso eu já vi escrito dezenas de vezes anos antes. Mas quando eu cheguei lá e vi, trombei com os fatos... Essa história de exceções de balanço da Petrobras, o fato das empresas estatais de grande porte terem ações negociadas em bolsa, ou das empresas incentivadas no Nordeste terem condições extraordinárias para negociações das ações era um escândalo. É um escândalo atrás do outro. Não dava para ser cooptado por aquele ambiente. Eu não conseguiria fazer um discurso de defesa daquilo. Não é que eu seja contra, ou fui contra. Eu era contra essas anomalias.

P.F. – O próprio sistema tributário era, de fato...

A.S. – Mas o sistema tributário não é tão ostensivo. Ele é mais sub-reptício.

I.N. – Como é que foi ser um economista na presidência da CVM? Como eram esses dois saberes que o senhor falou, que o senhor estava do outro lado e aí vai... Quando falou do Roberto, do senhor como economista e o Roberto como um homem no mercado de capitais... Como é que foi, então, ser presidente da CVM sendo um economista?

A.S. – Não, eu acho que o Roberto é uma figura importantíssima na história do mercado de capitais, só que ele era um homem de dentro do mercado. Então ele era incapaz de externar

uma crítica externa ao sistema. Eu era um *troubleshooter*.²⁸ Não tinha, digamos, *commitment*²⁹ com o *status quo*. Eu tinha outros conflitos. Então eu me sentia à vontade de falar o que eu pensava. Obviamente que tive problemas por causa disso em alguns casos.

P.F. – E a CVM guardava um pouco dessa tendência, desse argumento de diálogo entre o direito e a economia, mas tentando favorecer um pouco mais a questão dos economistas, do papel dos economistas, justamente para o direito não se tornar um entrave no mercado de capitais.

A.S. – Pensa o seguinte: o chamado liberalismo visceral não gosta de *regulation*, regulação. Agora, eu sou daqueles que, apesar de liberal, apesar de liberal, eu acho que é inexorável quando você trata de coisas intertemporais de longo prazo. E a história do capitalismo é cheia de falcatruas, e crimes, e roubos e *you name it*³⁰... desde a origem. Ou o cara nunca estudou história econômica, e tem muito ignorância nisso, de fato; ou muito ideologia. Ou então você tende a favorecer um certo intervencionismo. E aí você precisa do advogado. A intervenção do regulador é vital, porque ele que vai discernir, divulgar, conceber e divulgar as regras que devem guiar as ações dos mercados de capitais. E sem o advogado você não vive. Então quando você vai para uma CVM ou mercado de capitais um ponto fundamental de apoio, que eu diria... Você tinha a infraestrutura digamos jurídica, que é fundamental, a contábil, e a infraestrutura de custódia e liquidação. Sem essas três bases você está perdido e você estava fragilizado nas três pernas. Essa que é a verdade. A criação da Lei do Mercado de Capitais, se você pega o número de operações em relação... Centenas de alterações já ocorreram na lei e você toda hora tem uma mudança. Até porque o mercado é dinâmico, novas operações, novas coisas surgiram. Mas se você não tiver essas três pernas bem... Eu, por exemplo. Quem instituiu o Conselho de Recursos Financeiros fui eu.

I.N. – O Conselhinho?

A.S. – É. Com o Dornelles. Até a ideia original foi do Dornelles. Era um mercado muito embrionário. Eu não estou querendo fazer... “Ah, era bacana o mundo.” É um esforço correto, muito embrionário, e com dificuldade de operacionalizar, porque era em um ambiente hostil, financeiro, institucional, que a gente operava.

I.N. – Como que vocês pensaram no Conselhinho?

²⁸ Expressão em inglês que pode ser entendida como pessoa que resolve problemas, “quebra-galho”.

²⁹ Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “comprometimento”.

³⁰ Expressão americana que pode ser traduzida por “dê o nome que quiser”.

A.S. – Tinha que ter algum recurso. Por exemplo, você pegava um cara fazendo *insider trading*.³¹ Você bota uma pena no cabra, o cara quer criar um recurso dentro do departamento. Isso é coisa mais de jurista do que de economista. Não é uma coisa do economista Adroaldo. É mais uma cultura do jurídiquês.

P.F. – De conhecimento do sistema jurídico.

A.S. – De conhecimento do sistema de julgamento. Porque o presidente da CVM, ele preside um tribunal também. Esse que é o problema. Eu não tenho cara de ser presidente de tribunal. A não ser que seja o Joaquim Barbosa.

I.N. – Interessante o senhor estar falando. A gente está pensando em algumas questões a respeito disso e aí eu queria perguntar. O decreto que foi elaborado instituindo o Conselhinho, – porque o Conselhinho funciona por causa de um decreto...

A.S. – Foi, eu acho, que o Conselho Monetário que cria.

I.N. – Mas como é que foi que você sentou com o Dornelles e disse: “Vamos pensar no Conselhinho.”?

A.S. – Não, ele disse: “Adroaldo, o que você acha? Vamos fazer.” Tinha muito problema de gente que: “Ah, a CVM está me enchendo o saco, vai botar uma multa no fulano de tal, vai inabilitar o cidadão x.” E tinha um presidente do banco econômico, Angelo Calmon de Sá, que não respeitava muito as regras do banco. E era membro do Conselho Monetário. Então como é que você ia penalizar um bicho desse lá? Tinha muito disse que disse em relação às combinações de multa na CVM. Então era alguma coisa para botar um freio na CVM, na verdade. Ou seja, dar oportunidade de uma segunda instância mais definitiva para os julgamentos que eram realizados na CVM. Como o Banco Central tem também.

P.F. – Durante esse período, esse curto período, 1985-1986, que o senhor esteve na CVM, o que lhe foi... Não colocando apenas no singular, mas se abrindo também para outras possibilidades. O que lhe foi de caráter mais emblemático durante a gestão do senhor? O que te formou, que te testou, que foi...

A.S. – Ah, eu fiz algumas coisas. Como eu te falei, eu tive uma passagem meteórica pela CVM. Um ano. As coisas que lembro hoje que me preocuparam quando estive lá, primeiro foi essa coisa da Lei de Mercado de Capitais, que eu achava que era meio capenga, particularmente por proteger algumas empresas estatais e não ter o poder para exercer alguma força em cima de

31 Expressão da língua inglesa que se refere à divulgação de informação privilegiada, prática considerada crime desde 2001, prevista no art. 27-D da Lei 6.385/1976.

empresas tipo Telebras. Por que o papel não estava no mercado de ações? Se eu estou ali lutando por transparência, equidade, etc. e uma empresa do Estado, que eu represento, está jogada às traças. O público nem sabe onde é que está, quem guarda, quem não guarda, como negocia, etc. Isso aí me incomodou muito. Eu tentei, mas foi muito curta a minha passagem. Eu não lembro de ter tido grandes mudanças. Tivemos algumas tentativas frustradas, mas o Fernando Albino, que foi meu diretor jurídico, era um amigo meu aqui de São Paulo que foi comigo me ajudar. Tentou montar um grupo de grandes celebridades, vai, incluindo Bulhões Pedreira no Rio e outros, para tentar sensibilizar as áreas jurídicas, para ver como que a gente poderia avançar. E eu lembro que uma das coisas que me agoniava era os 2/3, 1/3 com lei preferencial, mas o Lamy era visceralmente contra mudar isso. Eu achava que não tinha que ter ação preferencial *tout-court*. É o que está acabando acontecendo. Eu era um *troubleshooter*. Você imagina se o Roberto Teixeira da Costa ia aprovar um negócio desse. Mas isso era nos anos 1980, gente. Hoje para você estar no nível 1 da Bolsa você tem que ter só ações ordinárias. Ou então uma empresa tipo Vale, tipo Banco do Brasil, Petrobras, Telebras, enfim, desse porte, deveriam elas ficar 2/3, 1/3. É um bofete na cara do cara, não é? Bem, mas isso é outra história. Isso aí nunca passou do estágio 00. Mas aí não avançou muito. A outra coisa, como eu disse, que eu tentei, que me marcou e eu trabalhei muito no período que estive lá e não deu muita coisa, foi a coisa da custódia de liquidação. E a terceira foi a coisa da contabilidade com o Eliseu Martins. Esse deu mais coisa, mas era chover no molhado. Com a inflação colapsando, aquilo perdeu o significado.

P.F. – O senhor poderia explicar para gente brevemente que medida, qual era a substância dessa medida?

A.S. – Do Eliseu?

P.F. - É.

A.S. – Era transparência de balanço, que era a grande briga com a Petrobras, e segundo era dar algum sentido e transparência à veracidade do sistema contábil, que permitisse um balanço representar fidedignamente a empresa. Porque com inflação e correção monetária, um período que não existiu, outro período existiu o setorial, ou seja, então toda aquela estrutura de capital não representava absolutamente nada da empresa. Era uma mera ficção científica aquilo. Depois de 10, 12, 15 anos de inflação recorrente, com inflação atrasada em relação ao passado e a inflação acelerando, então o balanço e nada era a mesma coisa. E essa era a grande luta do Eliseu. A custódia de relações já dei alguns eventos. Todo dia tinha alguém reclamando que

houvera sido roubada a custódia dele em algum lugar. E era papel circulando de um lado para o outro.

P.F. – Medidas sobre a tendência de organizar, de fato, a estrutura também.

A.S. – Eu tinha consciência das fragilidades. Isso que eu estou dizendo. E eu digo não é que eu fosse o bacanudo. Eu disse, o rapaz, superintendente, que estava na CVM, na área de desenvolvimento, é que me alertou para os problemas de custódia e eu vi depois os processos. Eu julgava de cada 10, acho que seis, sete, era o cara reclamando do Bradesco, a custódia desapareceu, foi contar, não estava lá. E aquela confusão. “A custódia da Bovespa não tem papel.” Aquele rolinho com o carioca, paulista e tal. E era um horror. E obviamente eu me envolvi. Eu achei que era muito pertinente e correta a preocupação. Então por isso eu me envolvi, mas não deu muito. O futuro mostrou, futuro de então, mostrou que obviamente tinha que ser feita uma coisa séria e melhorou enormemente. Hoje esse nosso sistema de liquidação e custódia é soberbo aqui no Brasil. Acho que é uma das coisas que dá segurança para o fluxo de capitais, que nós temos hoje no Brasil. E o tamanho do mercado. Se não, não teríamos isso aí. E o outro o que era portabilidade, infraestrutura e o jurídico. O jurídico não avançou nada. Mudou depois e, mesmo assim, continua sendo a prima pobre do sistema CVM.

I.N. – Como assim?

A.S. – Você, apesar de... Por exemplo, o Brasil mudou muito. Os instrumentos de captação de poupança pública com a inflação reduzindo os fundos, etc. Hoje a população tem uma massa de grana no sistema financeiro enorme, que não tinha na época. O que tinha à época era caderneta de poupança e olhe lá. Mais alguma coisinha. Que era o Estado que no fundo bancava a Caixa e o Banco do Brasil. Por sinal, eu estava no Banco do Brasil quando se criou a caderneta de poupança.

I.N. – Depois que o senhor saiu da CVM, o senhor foi para o Banco do Brasil.

A.S. – Que foi outro choque. Esse foi o maior choque cultural da minha vida.

I.N. – Por que o senhor saiu da CVM? Como foi?

P.F. – Só uma coisinha antes da saída, porque teve o fato ali da BM&F, o lançamento da BM&F.

A.S. – Teve BM&F. Eu fui visceral. Eu gostava muito do pessoal. Conhecia todo o pessoal da Bolsa. O Coxinha... Coxinha não. Qual o nome dele? Ufa! Me deu um branco. Eduardo? Acho que é Eduardo, não é? Eduardo Rocha de Azevedo. O Eduardo é amigo meu, conhecido e tal. E eles resolveram formar a Bolsa de Mercadorias e Futuro esvaziando a Bovespa. Transferindo

recursos. E eu achei que não podia. Digo: “Não, eu não tenho nenhuma objeção contra a BM&F. Eu não quero é que você use o dinheiro da Bovespa para esvaziar. Você tem que melhorar a sua custódia. Eu vou fazer uma auditoria na custódia da Bolsa.” Aí eles não quiseram. Foi uma encrenca. E eram amigos meus, hein?! Eu não conhecia o povo do Rio pessoalmente. A minha relação era com o povo de São Paulo. Mas eu fazia o que eu achava correto, porque era uma malandragem. Eu não vou falar das custódias mais. Não vou dar uma palavra a mais. Mas eu quis fazer uma auditoria na custódia. Rapaz, isso aí me deu uma trabalhadeira. E foi um sucesso a BM&F. Eu tenho que admitir. Mas eu não era e nunca fui contra a BM&F. Eu fui contra o esvaziamento de capital da Bovespa. Eles me atropelaram direto. Aí eu fiquei pensando. Faço uma intervenção? Porque eu poderia fazer uma intervenção lá. Eu vou brigar com o mundo contra mim? Prefiro desistir. Foi uma briga boa.

I.N. – Qual foi a maior habilidade de gestor da Fipe que o senhor levou para gerir?

A.S. – Não, mas era muito diferente. Você na CVM é muito mais autoritário do que... A Fipe era uma coisa caótica, democrática, no limite. Impossível administrar.

I.N. – Entre colegas, não é?

A.S. – Entre colegas com egos inflados. Eu acho que, na época, nós tínhamos 20 PhD. E cada PhD se sentia dono de uma fatia do mundo. Como hoje toda criança PhD que você encontra é um horror. Você não andava, porque ali não tinha muito. Só com terceiros que você tinha problema, mas não tive problema com... Pessoal acha que eu era muito... Choquei um pouco porque sou meio solto, não tenho muito formalismo, então as pessoas... Esse foi o único choque eu acho que eu pus lá. Foi a informalidade que eu fiz.

I.N. – Interessante. O senhor, quando aceitou ir para a CVM, pensava que ia ser assim? O senhor tinha essa clareza de como... “Ah, vai ser um choque, porque...”

A.S. – Não. Isso que eu estou te dizendo. Eu aprendi muito indo para essas organizações e até me decepcionei não com a CVM, mas com o país que eu vivia. [riso] Porque eu não tinha ideia e a dimensão da fragilidade das instituições brasileiras. Eu estou te falando. Gente, nós não tínhamos sistema de custódia e liquidação confiáveis. Nós tínhamos o papel rodando como cautela de ações, faltava... E nenhuma tinha custódia no Unibanco, no Bradesco, no Itaú, na Bolsa do Rio, na Bolsa de São Paulo. Onde você cutucava... “Não, aquelas ações, cuidado, que estão faltando, roubaram um monte delas, não sei o que lá.” Era assim. Você acha que eu poderia falar em público, dar uma entrevista no *O Globo* e dizer: “Dez por cento da Bolsa...” Isso vai te dando uma angústia que você não consegue... Eu não tinha estrutura para viver isso.

E é óbvio que eu achava que eram muito mais robustas as instituições. É isso que eu digo: a inocência, a ignorância não é problema de ter ou não escolarização. E é isso que me entristece quando eu vejo, mesmo agora. As pessoas não têm noção do que foi o passado, desestruturação financeira e institucional no Brasil dos anos 1980. Ficam falando bobagem de volta dos militares e coisa que me deixa horrorizado. Aí eu me percebo e digo: “Bem, eu também na época não sabia.” As pessoas não têm informação.

I.N. – O senhor falou em decepção. Foi a decepção o motivo da saída da CVM?

A.S. – Não.

I.N. – Por que o senhor resolveu sair da CVM?

A.S. – Uma coisa muito... Foi o seguinte: o Mailson. O Mailson não. O Dornelles saiu do Ministério da Fazenda e o presidente Sarney convidou o Dilson Funaro. E o Dilson era o presidente do BNDES. E o Dilson era aqui de São Paulo, amigo meu pessoal. Convivi com ele muito na Fiesp. Eu era do Conselho Superior de Economia da Fiesp. Ele era membro também. E a gente conversava muito no Rio. Inclusive tinha o Gros, que era diretor do Dilson no BNDES.

I.N. – O Francisco Gros?

A.S. – Francisco Gros, que era um ex-funcionário do Unibanco, amigo meu. Tínhamos muito contato, almoçávamos de vez em quando e fizemos uma operação ousada. O BNDES vendeu \$ 500 milhões na época de ações da Petrobras. E eu fui um grande incentivador dessa venda, que o Beltrão³², que era presidente da Petrobras, era contra. Não sei por quê. “Ah, o Estado não pode sair dessas ações, etc.” E eu fazia o *lobby* do balanço, aquela coisa. E aí eu abri o sistema de distribuição para botar nos bancos a distribuição das ações para garantir o sucesso da distribuição. Isso foi um pega para capar. E foi um sucesso. Mas houve muito problema para chegar aí. Muito bem. Então eu tinha muita relação com o Dilson, tive essa operação que foi um sucesso danado, etc. E ele foi guinado ao posto de ministro da Fazenda. E aí ele também empresário, sem muita experiência analítica, ou acadêmica, mas sempre muito bem intencionado. Então meio se surpreendeu, queria pessoas próximas a ele trabalhando com ele. Não admitia o fato de eu ficar no Rio de Janeiro na CVM e não ir com ele para Brasília. O pior que ele me nomeou para um lugar que a sede era no Rio de Janeiro. [riso] Na Rua Augusto Severo, que era a sede internacional do Banco do Brasil, que eu era o vice-presidente da área

³² Refere-se a Hélio Beltrão, presidente da Petrobras de 1985 a 1986.

internacional. Mas eu vivia praticamente no gabinete com ele em Brasília. Aí eu descobri o Brasil frágil, as fragilidades do Brasil. Isso foi em 1986, 1987.

P.F. – Oitenta e seis para 1987.

A.S. – Nossa! O Brasil era um horror. Eu costumo dizer... Dizia depois da experiência e digo até hoje. Vou dizer agora. O Brasil era... Eu não vou dizer que era a África porque vão dizer que eu tenho preconceito contra os africanos, mas institucionalmente era um caos na área fiscal e monetária. Um descontrole gigantesco. As primeiras contas estavam sendo criadas do Tesouro Nacional. Você imagina, não tinha consolidação das contas do Tesouro. Não tinha esse controle da reserva bancária. Isso que eu te digo. Para mim, foi um choque monumental. O Banco do Brasil não precisaria ter tesouraria. O Banco do Brasil se acaba a conta reserva bancária para comprar dólar e pagava seis meses depois o mesmo valor em real para o Banco Central com inflação galopante e dólar galopante. Era um negócio que cada dia que eu olhava e via alguma coisa dessa, eu dizia: “Que merda que eu estou fazendo aqui”. O Brasil era um caos nos anos 1980.

I.N. – E aí como foi chegar então no Banco do Brasil?

A.S. – O Banco do Brasil foi a coisa mais relevante que eu tive de experiência de setor público.

I.N. – Quanto tempo o senhor ficou lá?

A.S. – Fiquei eu acho que quatro anos. Três anos, quatro anos.

I.N. – Oitenta e seis até...

A.S. – Porque eu passei por momentos muito importantes do Brasil, com os quais eu vivi. Ou convivi ou vivi perto.

I.N. – Até 1990, então, mais ou menos.

A.S. – Não, fiquei de...

I.N. – Oitenta e sete.

A.S. – Eu fiquei 1987, 1988, acho que em 1989 eu saí. Por aí. Ou 1990. Eu fiquei três ou quatro anos, não lembro bem. Mas eu fiquei um tempo. Eu peguei a moratória de 1987 no Banco do Brasil e descobri as coisas que não dá nem para falar hoje aqui, que eu vou deixar só para a posteridade. Que era um horror. Se você me pergunta o seguinte: “Tinha alguém na Fazenda que soubesse qual era o saldo de conta corrente da União nos bancos a qualquer dia que você chegasse lá, ou com uma defasagem de uma semana?” Ninguém sabia. O Brasil entrou na moratória e ninguém sabia qual era a posição de reserva do Brasil. Porque cada organização que tinha um pedaço escondia do resto. E o Banco Central estava seco. Isso é 1987.

P.F. – Pois é. E nesse momento veio também a formação do plano de controle macroeconômico.

A.S. – Que controle?

P.F. – Pois é. Que se criou com o Bresser Pereira. Como é que foi isso tudo?

A.S. – Que controle? Que controle? Eu estou tentando transmitir para vocês com muita honestidade o nível de frustração que é me descobrir um imbecil completo, achando que eu sabia alguma coisa antes, ir para o mundo real e descobrir, meu deus, que nível de ignorância eu tinha sobre o funcionamento da economia brasileira. Como é que eu dava palpite de política econômica? Eu acho que eu me encolhi muito por causa disso. Porque eu não me sentia com aquela arrogância infantil mais de saber e de conhecer e tal, etc. Porque é tão acachapante aquela realidade visceralmente contra aquilo que eu advogava. Você falava coisa do arco da velha. “Não, a inflação é não sei o que...” Como é que poderia ser diferente com a desorganização do Estado naquela magnitude? A crise do petróleo, a de primeiro, ainda deu algum jeitinho que arreventou um pouco o governo Geisel, que ele ajudou a arreventar o governo da revolução. Acelerou. Mas 1979, a segunda, o segundo trampo do petróleo, botou o Brasil de joelho. E os anos 1980 foram muito consequência disso. E as instituições não suportaram o impacto. Como, por exemplo, essa queda do preço das *commodities* está deixando um rastro de terror no Brasil. E é isso que a gente não percebe como acadêmico. A gente falava em teoria monetária, oferta de moeda como se fosse uma entidade confiável e definível no Brasil de então.

P.F. - Que está despregada das instituições.

A.S. – Despregada completamente.

I.N. – Por isso aquela tese de doutorado não tem mais sentido para o senhor.

A.S. – É uma bobagem. Nem escondo.

P.F. – A gente fala um pouco fruto daquilo que eu havia mencionado antes. De uma trajetória bastante costurada pelo tripé privado, público e acadêmico. Acho que essas reflexões vêm muito fruto disso. A teoria de um lado, o funcionamento institucional, empírico, concreto.

A.S. – Vamos parar um pouquinho, tomar um café, uma água, daqui a pouco eu tenho que voar.

[Pausa]

I.N. – Então, a gente estava falando dessa...

P.F. – A gente tem informação. As perguntas vão surgindo com a sua fala. Porque aqui são só...

I.N. – Informações sobre a sua trajetória. A gente vai falando a partir da sua fala.

A.S. – O que você tem meu aí? Eu sou bonito, feio, alto? [risos]

I.N. – Não, a gente queria lhe perguntar algumas coisas. Eu acho que assim, eu queria resgatar a parte que...

A.S. – Vamos fazer um bate-pronto. Pergunta e resposta rapidinho.

I.N. – Eu acho que é meio difícil, mas vamos tentar. O que eu queria perguntar para o senhor, na verdade, é o seguinte. Aí o senhor então está no Banco do Brasil e aí se tem esse choque com a realidade, que o senhor fala. Bom, então o senhor estava falando que o senhor tem esse choque com a realidade das instituições brasileiras e aí o Paulo Augusto realmente falou desses três... Governo, setor público, setor privado. Aí o senhor vai para o setor privado depois que o senhor sai do Banco do Brasil. O senhor vai fazer...

A.S. – A vida privada...

I.N. – E como foi essa virada?

A.S. – Mais ou menos natural, porque eu vinha participando de algumas coisas, de conselho disso, daquilo, enquanto acadêmico. Foi uma aproximação lenta. Nós montamos um... Tem um amigo muito ativo, foi muito amigo, por sinal pai desse garoto que hoje é assessor de política microeconômica do Meirelles³³. O pai dele, nós éramos muito amigos dele, política universitária, e ele montou uma construtora da qual eu participei como investidor. Mas nunca tive envolvimento direto, não. Comecei a participar em coisas desse tipo. E eu tive uma época que eu tive um relançamento muito bom de palestras e tal. Inclusive com grande admiração eu acompanhei o Mário Henrique Simonsen em algumas palestras que nós fizemos juntos pelo Brasil. O Mário, que era um gênio também. Mas não se dava muito bem com o... Ele não era muito afeito às jaquetas do governo, não. Então foi um passo natural de consultoria para isso, para aquilo e terminei virando... Mas também parei, já parei. Tenho 76 anos, já chega.

I.N. – Mas aí o senhor resolveu abrir uma empresa?

A.S. – Abri uma empresa. Eu participei de empresas. Fui sócio de uma empresa de industrial. Não deu muito certo. Aí nos anos 1990, na verdade, começo dos anos 1990, nós colocamos uma empresa chamada SMA, que é essa que está aí. Aí nós partimos para um investimento na área imobiliária e fizemos bastante coisa. Loteamento, prédios, um *shopping mall* nós construímos. Participamos de outro shopping.

³³ Refere-se à Henrique Meirelles, atual Ministro da Fazenda.

I.N. – O senhor vai para o setor privado, sai da USP, se aposenta. Em que ano o senhor se aposentou na USP? Como foi?

A.S. – Não tenho a menor ideia. [riso]

I.N. – Não lembra?

A.S. – Não lembro. Mas deve ser em torno de noventa e poucos.

I.N. – E o senhor decidiu...

A.S. – Cortar umbilicalmente. Não sinto falta de nada. Eu digo o seguinte: eu sinto uma alienação muito forte. Isso que eu digo. Honestamente eu me sinto um pouco frustrado como economista. Você vive em uma sociedade em que você foi se apercebendo da sua crueldade, da sociedade, ao longo do tempo e de forma muito gradual. E você vê quão inadequado o papel do economista foi ao longo dessas décadas para ajudar a curar essas mazelas. Então eu não sinto saudade disso. A minha esposa, que participou também da vida pública, foi secretária durante muitos anos na área de educação, etc. Ela está para escrever um livro sobre a experiência dela faz 10 anos e ela insiste para eu escrever. Eu digo: “Escreve o teu primeiro. Depois eu vou pensar em escrever o meu.” [riso] Porque é frustrante, você entende? Você passar e ver tanta coisa que você não tinha ideia e você foi iludido, digamos, por alguma forma, de alguma forma. E você não vê um debate que te permita botar um pouco de bom senso, racionalidade para... É muito radicalizado o debate. É muito é ou não é. E no mundo inteiro o bom mocismo, o politicamente correto, essas coisas, me deixam enjoado. Não quero saber delas.

I.N. – Aqui no nosso roteiro tem que o senhor se aposentou da USP em 2002.

A.S. – É isso aí, pode ser.

I.N. – E que o senhor em 2001 foi um dos instituidores da Fundação Mário Covas. Inclusive a sua esposa foi secretária no governo.

A.S. – Foi. Ela foi secretária oito anos lá.

I.N. – Como era sua relação com o Covas?

A.S. – Muito boa. Nós éramos amigos pessoais desde antes de governador.

I.N. – De onde vocês se conheceram?

A.S. – Aquelas coisas. Eu voltei de Chicago já “endireitado”. Mas obviamente a minha relação, eu sempre tive muito respeito pelos perseguidos da revolução, a esquerda sempre teve um pouco da minha simpatia, até pela história, etc. E com a anistia nós nos envolvemos em alguns movimentos, eu e minha mulher. Para dar suporte à volta do pessoal. Inclusive do Serra. O

Serra era amigo nosso. Tivemos vários almoços. Convidamos ele para ir para a USP, mas ele preferiu ir para Unicamp. O Mário Covas para vida pública e nos engajamos na primeira campanha dele a deputado federal na volta da Anistia. Almino Afonso e tantos outros. Daí surgiu uma amizade, ficamos amigos.

I.N. – Então foi nesse momento de retorno da Anistia que o senhor o conheceu.

A.S. – Foi.

I.N. – O senhor falou um pouco do Mário Henrique Simonsen. Eu queria voltar um pouquinho porque ele é muito falado nesse momento de fundação da CVM.

A.S. – Ah, ele é o pai da CVM.

I.N. – E como era sua relação com ele? Como vocês se conheceram?

A.S. – Conheci o Mário Henrique Simonsen já depois de adulto, já maduro. O Delfim eu conheci como estudante, como aluno dele, como admirador dele. É diferente. O Simonsen eu conheci, eu já era PhD, tinha algum respeito, devia ter lido algumas coisas minhas, tinha algum respeito por mim. Tanto que me convidou para fazer algumas palestras com ele numa dupla. Fizemos. E que era um acadêmico exemplar. O Mario Henrique Simonsen talvez tenha sido, – eu não conheço bem essas novas gerações aí, tipo Aloísio³⁴, tipo José Scheinkman³⁵, tipo esse povo, – mas eu diria que ele foi um dos primeiros economistas sem botar defeito. Acadêmico mesmo. Com a capacidade analítica enorme, muito além de qualquer outro cara que eu tenha conhecido nesse período aí. Foi importantíssimo para a Fundação Getulio Vargas, na formação daquele pessoal do EPGE. Ele teve um papel muito importante, o Mário Henrique Simonsen. Uma figura de muito respeito.

I.N. – Aproveitando o gancho dessa ligação... Porque FGV, Fipe, sempre teve uma...

A.S. – É, mas não tem... Nós nunca nos cruzamos e nunca nos odiamos também.

I.N. – A relação como era? Tem essa coisa dos economistas da PUC versus os economistas...

A.S. – Mas isso veio depois. O pessoal da PUC é mais recente. Mas por exemplo, o Dornelles... Ou seja, a Fundação Getulio Vargas sempre foi protegida por todos os governos. Ditadura, direita, esquerda, centro. Sempre teve uma proteção enorme. E muita verba. As outras instituições são carentes dessas coisas. A Fundação Getulio Vargas sempre foi uma instituição que tem origem no governo Vargas, é muito mais antiga, pioneira e se consolidou bem antes

³⁴ Refere-se à Aloísio Teixeira.

³⁵ Professor de economia, atualmente, da Columbia University.

de qualquer uma outra. A Fipe é uma coisa recente, dos anos 1970. Setenta e três eu acho que é a fundação da Fipe.

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

A.S. – E não chega nem perto da institucionalização que a Getulio Vargas³⁶ tem. Basta ver como ela se desdobrou em curso de direito em São Paulo, direito no Rio, economia em São Paulo, economia no Rio, administração de empresa. É uma instituição incomparavelmente... Não dá para comparar com a Fipe. A Fipe está muito aquém.

P.F. – Bom, tem uma frase do senhor para uma entrevista para a *Folha de São Paulo* sobre John Keynes, que o senhor fala em 1996: “Caducou a ideia do intervencionismo estatal na economia como forma de garantir o pleno emprego. Isso acabou produzindo mais mazelas do que bem-estar.”

A.S. – É verdade também. [riso] Olha, eu acho que eu vou virar um institucionalista. Eu acho que nós temos uma carência. Primeiro a insensibilidade da sociedade brasileira para levar a sério a institucionalização. Porque não é coisa só de liberal, direita, esquerda. Tem que ter um mínimo de regras básicas. Uma delas, das mais importantes é como formular qual o procedimento para formular um orçamento anual e plurianual, etc., que essa é a forma mais objetiva e direta de botar freio na ação pública. Uma democracia não existe sem freio para todas as partes que estão envolvidas na sociedade. E o orçamento é o freio público. Ou seja, o tamanho da encrenca orçamentária vai definir como é que nós queremos endividar, não endividar, etc. Onde o Estado vai formular, ou não formular, intervir, ou não intervir. É o primeiro limite que você impõe e isso nós não aprendemos a fazer ainda e é complicado fazer. A minha história diz que é muito complicado. Nós economistas ainda não temos também um consenso. Sempre neoliberal, liberal, direita, esquerda. É uma bobagem. E é verdade esse negócio. Nós temos que ter uma certa intolerância com esse ativismo público. Porque se não, não dá certo. Porque o ativismo propicia esse atropelamento cotidiano das regras. Até o Supremo Tribunal Federal atropela as regras. É um negócio espantoso.

I.N. – Eu estou muito satisfeita. Não sei se o senhor tem alguma outra coisa. Queria lembrar da sua passagem na CVM, que o senhor acha importante, mas eu estou muito satisfeita.

³⁶ Fundação Getulio Vargas.

A.S. – Ótimo.

I.N. – Muito obrigada pelo seu tempo, muito obrigada por nos receber no seu escritório. Foi muito especial. Pela generosidade.

P.F. – Pela generosidade. É um privilégio para nós.

[FINAL DO DEPOIMENTO]